



**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES**

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E FAMÍLIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA DEBATER QUESTÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA, RESPEITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E À PRESERVAÇÃO AMBIENTAL NA PRAIA DA GALHETA, REALIZADA NO DIA 20 DE MARÇO DE 2025, ÀS 14H, NO PLENARINHO DEPUTADO PAULO STUART WRIGHT DO PALÁCIO BARRIGA-VERDE

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Daniel Anderson dos Santos) – Autoridades presentes, senhoras e senhores, boa tarde. Sejam bem-vindos.

Nos termos do Regimento Interno do Poder Legislativo catarinense, damos início à audiência pública requerida pelo excelentíssimo senhor Deputado Estadual Alex Brasil, através da Comissão de Direitos Humanos e Família da Assembleia Legislativa do Estado.

Esta audiência pública tem por objetivo discutir a situação da Praia da Galheta, reunindo a população afetada, os órgãos fiscalizadores do meio ambiente e da área da segurança pública, bem como os representantes de entidades, em função de preocupações levantadas por seus moradores, por seus frequentadores e pelas autoridades, sobre a segurança pública, o respeito à convivência familiar e à preservação ambiental na Praia da Galheta.

Para compor a mesa de autoridades, convidamos o excelentíssimo senhor Deputado da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Alex Brasil; o excelentíssimo senhor membro da Comissão de Direitos Humanos e Família, Deputado Marcos José de Abreu - Marquito; o senhor Comandante do 1º Batalhão de Bombeiros Militar de Florianópolis, Tenente-Coronel Anderson Medeiros Sarte; o senhor Major PM Anderson Galdino Torres de Oliveira, neste ato representando o Comandante-Geral da Polícia Militar de Santa Catarina, Coronel PM Emerson Fernandes; o senhor Delegado Pedro Henrique de Paula e Silva Mendes, neste ato representando o senhor Delegado-Geral da Polícia Civil de Santa Catarina, Ulisses Gabriel; a senhora presidente da Associação Amigos da Galheta, Miriam Carvalho Alles; a excelentíssima senhora Vice-Prefeita de Florianópolis, Maryanne Terezinha Mattos; e o Procurador do Ministério Público Federal de Santa Catarina, Walmor Alves Moreira.

Registramos e agradecemos a presença das seguintes autoridades que se apresentaram ao nosso Cerimonial: a senhora Vereadora de Florianópolis, Carla Ayres; o senhor Vereador de Florianópolis, Leonel Camasão; o senhor Promotor do Ministério Público de Santa Catarina, Luciano Trierweiler Naschenweng; o senhor presidente do Conselho Comunitário da Barra da Lagoa, Gilson Manuel Bittencourt; a senhora secretária da Federação Brasileira de Naturismo, Adriana Parreira Almada; o senhor presidente da Associação Esportiva e Cultural Verde Futuro, Cesar Augusto; o senhor assessor Luiz Carlos Filho, neste ato representando o Vereador de Florianópolis, Bruno Ziliotto; o senhor advogado da Associação Amigos da Galheta, Anselmo Machado; o senhor presidente da Associação de Moradores da Lagoa da Conceição, Kleber Domingos de Pinho; a senhora assessora especial da Casa Civil do Estado de Santa Catarina, Letícia Maduell de Mattos; o senhor representante do Instituto Multidisciplinar do Meio Ambiente e Arqueoastronomia (IMMA), Adnir Antonio Ramos; o senhor representante da Associação de Proteção Socioambiental Eywa, Diogo Di Napoli; o senhor diretor da Unidade de Conservação da Floram, Fabiano Vieira.

Convidamos o excelentíssimo senhor Deputado Estadual Alex Brasil, proponente desta audiência pública, para proceder à abertura oficial e presidir os trabalhos.



Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Alex Brasil) – Obrigado, Daniel, por esse cerimonial.

Início cumprimentando as autoridades presentes: Maryanne, nossa Vice-Prefeita e responsável pela Segurança Pública do nosso Município; Deputado Marquito; Procurador Walmor, que acabou de chegar e engrandece o nosso evento; Miriam Carvalho, presidente da Associação de Amigos da Galheta (Agal); Delegado Pedro Henrique de Paula; Major PM Anderson Galdino Torres de Oliveira e o Tenente-Coronel Anderson Medeiros. Cumprimento todos os presentes, porque entendo a importância que tem este tema que vai ser debatido hoje na nossa audiência pública, e este auditório cheio mostra o quanto é relevante e importante este tema para todos nós.

A ideia desta audiência pública se deu justamente porque eu entendo que tem muitas partes envolvidas nesse processo, todas querendo o melhor possível para o nosso Município, para a nossa praia, que é um dos lugares mais paradisíacos que nós temos em Florianópolis. E por entender dessa forma, eu quero propor que todos façam relatos dos acontecimentos que têm existido naquela região, para que a união de forças dos representantes dos órgãos públicos municipais, estaduais, das esferas jurídicas, como o Ministério Público e, é lógico, da representação das associações e dos moradores, que são os principais afetados nesse momento na Praia da Galheta, contribua para que nós possamos finalmente dar soluções para aquela região.

São muitas denúncias, denúncias graves, as famílias já não se sentem mais seguras em frequentar aquela nobre região do nosso Município, e eu sei que nós podemos até ter algumas divergências sobre alguns temas, mas o [objetivo] geral de todos nós é que possamos voltar a ter segurança e boa convivência social naquela região.

Então, diante disso, nós vamos abrir a palavra, primeiro, aos integrantes da mesa, e cada um terá cinco minutos para falar. Após falarão os representantes das associações já inscritos, e os demais que querem se pronunciar terão três minutos. No final nós queremos ter bons encaminhamentos e soluções para que possamos, de uma vez por todas, resolver esse problema que se tornou cada vez mais grave na nossa linda cidade de Florianópolis.

Vamos iniciar os trabalhos com a fala da nossa Vice-Prefeita, que tem que ir logo em seguida para outra reunião, senhora Maryanne Mattos.

A SRA. VICE-PREFEITA MARYANNE TEREZINHA MATTOS (Florianópolis/SC) – Obrigada, Deputado, e parabéns por essa iniciativa.

Uma boa-tarde a todos vocês, integrantes da mesa, autoridades, meus amigos da área da segurança pública, Polícia Civil, Polícia Militar, Bombeiros, toda a comunidade que está aqui presente. É uma iniciativa fantástica e eu fico muito feliz, Deputado Alex, de poder estar nesta Casa discutindo este tema que é tão importante.

Eu, na legislatura passada, fui Vereadora e esse também foi um tema de denúncias lá na Câmara de Vereadores, e também pediram que nós fizéssemos audiência pública, que nós entendêssemos o que estava acontecendo lá na Galheta, e foi dessa forma que eu tomei conhecimento sobre o que estava acontecendo de verdade na Galheta. Como Vereadora, eu também tinha ido lá fiscalizar *in loco*, porque eu sou muito desse tipo, se a pessoa fala uma coisa, eu gosto de ver com os meus olhos, conhecer, entender. Fiz isso na Galheta, fiz isso na Ilha do Campeche, para entender o acesso, ou quando tem um problema de trânsito, então a minha característica é essa. E aí eu comecei a ver que realmente aquilo lá não estava correto.

Primeiro, é uma Unidade de Conservação, e as tocas, as trilhas estão extremamente depredadas, com muito lixo, é um absurdo! Não é só lixo, não é o lixo que nós vemos em outras praias, é camisinha, são vestígios de quem usou drogas, consumiu álcool. Então tem tudo isso ali, um monte de papel higiênico, vestígios de quem teve relações sexuais, além da camisinha, claro. E a partir daí eu comecei a ter um olhar mais criterioso para aquele espaço público, até porque eu sou da Segurança



Pública e nós sabemos que um espaço público que não é cuidado, passa a ser um espaço público não seguro.

Assumindo a Prefeitura agora, junto com o Prefeito Topazio, e já tendo essa demanda vinda do Legislativo, como o senhor também recebeu aqui no Legislativo Estadual – ampliou-se, não é –, nós resolvemos ir para a ação, já que no Poder Executivo nós executamos, não é, Vereadora Carla? Então eu comecei a me aproximar mais da comunidade e a entender. Chamei o comando da Guarda Municipal, está aqui o nosso Subcomandante André Luiz, e nós fomos para lá com a nossa Guarda Ambiental verificar a situação.

Verificando a situação, eu pude fazer uma trilha segura, porque esse projeto eu já tinha antes, quando fui Secretária, para justamente levar mulheres para as trilhas, porque elas tinham medo de fazer as trilhas sozinhas, já que em determinado momento teve problema de estupro, teve problema de violência. E eu comecei a fazer, e muita gente foi, e eu fiquei muito feliz porque foram crianças. Teve um depoimento que eu me emocionei muito, de um surfista, Deputado, que surfa na Galheta há mais de vinte anos e que tinha o sonho de levar a filha dele, mas nunca teve coragem de levar em função do ambiente promíscuo que havia, do ambiente desrespeitoso com práticas de crimes, inclusive. [Transcrição: Júlia Amaral Da Rosa / Leitura: Clovis Pires da Silva]

E, naquele dia, ele levou, pela primeira vez, a filha dele de 16 anos. Um surfista que frequenta a praia, que sabe que aquilo lá é um paraíso, é lindo demais. Eu só fui conhecer porque fui fiscalizar, porque, desde pequena, entendemos que lá era uma praia que não era para criança ir.

Enfim, o nudismo que se conheceu em outros países, que tem regras claras e que as pessoas respeitam não tem problema nenhum. Só que desde 2016, tendo a lei e o regramento certinho, essa autorização de praticar o nudismo foi retirada da lei. Então hoje não tem lei que ampare a prática de nudismo na Praia da Galheta.

Eu, enquanto Poder Público, não posso permitir que uma pessoa tire a roupa e fique na praia, porque é ilegal fazer isso hoje. E por um período até 2016, de um ano até 2016, era permitido, num parágrafo de uma lei, que transformou a Galheta em parque, dizendo que poderia ter a prática de nudismo e naturismo. Em 2016 isso foi revogado pelos problemas que estavam ocorrendo.

Então, o naturismo... As pessoas falam para mim: Maryanne, a Prefeitura é contra o naturismo? Naturismo é uma filosofia de vida. Como eu aprendi muito com os meus amigos, você tem que respeitar a natureza, respeitar o meio ambiente, não fumar, não usar drogas, não fazer uso de bebida alcoólica e também praticar o nudismo. De todos esses itens do naturismo que eu citei aqui, e deve ter mais, não é permitido o nudismo. Você pode ir para lá, respeitar a natureza, você pode frequentar sem usar droga, e tudo isso faz parte da filosofia do naturismo. Então, o que não pode hoje é ficar pelado em qualquer espaço público de Florianópolis, nem na praia, nem em nenhuma outra praia.

Então, enquanto Poder Público e Segurança Pública, enquanto Prefeitura, o que nós fizemos? Nós unimos forças com as forças de segurança para conhecer o local, ver o território, já levar o pessoal para fazer uma trilha. Já teve um movimento muito bacana de fazer uma limpeza com as associações, e esse movimento que eu vejo é que todos querem retomar aquele espaço, desde que ele seja seguro. E é isso o que a Prefeitura vai fazer, Deputado. Nós não vamos medir forças, nem limitar recursos, para que possamos trazer aquele ambiente para todos que queiram frequentar com responsabilidade, respeitando as regras, as leis do espaço público, do uso comum daquele espaço público. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Alex Brasil) – Obrigado.

Eu vou pedir para o pessoal que está nas cadeiras que, quem quiser, se inscreva, pois durante a fala da mesa vamos fazer as inscrições do pessoal que está aqui. E na hora que encerrar a fala da mesa, também se encerram as inscrições para podermos ter uma programação do término da nossa audiência pública.



Na sequência, eu vou também avisar o pessoal que ali temos aquela marcação dos cinco minutos, que ajuda há controlar o tempo, vamos olhando ali, porque às vezes se consegue fazer o tempo dar bem certinho.

Passo a palavra ao Procurador do Ministério Público Federal de Santa Catarina, Walmor Alves Moreira.

O SR. PROCURADOR WALMOR ALVES MOREIRA – Boa tarde. Cumprimento o Deputado Alex Brasil, na pessoa de quem cumprimento todas as autoridades e integrantes da mesa.

Bom, vou fazer um breve resumo do porquê eu estou aqui, por uma razão objetiva de ser o detentor do ofício que cuida do meio ambiente dentro do Ministério Público Federal, nas áreas da Praia Mole e da Galheta. Recentemente houve uma alteração na distribuição dos ofícios ambientais na Capital e essa atribuição ficará a cargo de outro colega, mas eu tenho uma Ação Civil Pública, ajuizada em 2003, para tratar da ordenação daquele ambiente, tanto da Praia Mole quanto da Praia da Galheta, que tramitou durante 22 anos e agora, em 12 de março, saiu a sentença da Justiça Federal determinando a retirada de todos os bares construídos de forma irregular no ambiente da Praia Mole.

Em consequência disso, todo aquele ambiente será alvo de uma reordenação urbana, de uma recuperação ambiental da fauna, da flora, de toda a beleza cênica que tem ali, de maneira que a Prefeitura e os outros réus da ação terão que tratar de uma maneira integrada tanto a Praia Mole quanto a Praia da Galheta. E especificamente em relação à Praia da Galheta, nós, durante o curso dessa ação de 22 anos, tivemos muitas denúncias de acontecimentos que estão sendo relatados aqui, eu não preciso esmiuçá-los, que traziam tanto uma agressão ao meio ambiente quanto um problema de insegurança pública e de violência contra mulheres, crianças, adolescentes, enfim, algo que trazia muita preocupação, sobretudo para os moradores da Barra da Lagoa, da Praia Mole e adjacências.

O Ministério Público, em razão dessas denúncias, seguidamente oficiou à Prefeitura e mesmo ao Poder Judiciário requisitando a atuação de forças de segurança para conter as práticas criminosas que estavam acontecendo ali. De maneira que a última operação que houve foi a operação neste Carnaval, com que a Prefeitura, atendendo a uma requisição nossa, junto com a Secretaria de Segurança Municipal e Estadual, praticaram ali uma intervenção para dotar de segurança naquele ambiente. Então, esse basicamente é o resumo do que, em 22 anos de atuação naquele ambiente, nós temos observado. E, felizmente, creio que tanto a sentença quanto essa iniciativa do Deputado Alex Brasil contribuem para que nós possamos pensar a respeito do futuro da Praia da Galheta.

E aqui eu quero deixar uma contribuição de algo que eu observei durante uma pós-graduação que eu fiz em Barcelona, em Criminologia e Sociologia Jurídica, de duas leis que chamaram bastante a atenção, foi inclusive objeto de estudo dos alunos ali do mestrado, que é a Lei da Civilidade, uma lei que tem na Espanha, melhor, em Barcelona, uma lei estadual que proíbe, por exemplo, a pessoa de cuspir na rua, de colocar som acima dos limites aceitáveis, utilizar som de aparelho celular e várias outras práticas que são necessárias para que haja uma boa convivência entre as pessoas.

Em contrapartida, em Barcelona também tem uma lei que não proíbe o naturismo. Em todas as praias as pessoas podem se despir sem problema nenhum. Porém, nós não observamos nenhuma, zero, das práticas que acontecem aqui, como por exemplo na Praia da Galheta. Por quê? Imediatamente as pessoas seriam presas, porque não só estariam afrontando a Lei da Civilidade, como a legislação criminal, que é o caso do que nós vemos acontecendo aqui.

Então, apenas uma contribuição para reflexão a fim de que nós, que gostamos e desejamos ter práticas semelhantes aos países do Primeiro Mundo, como acontece, por exemplo, na Espanha, lá na cidade de Barcelona.

Muito obrigado, Deputado. Aqui eu encerro a minha exposição. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Alex Brasil) – Obrigado.

Passo a Palavra ao senhor Comandante do 1º Batalhão de Bombeiros Militares de Florianópolis, Tenente-Coronel Anderson Medeiros Sarte.

O SR. TENENTE-CORONEL ANDERSON MEDEIROS SARTE – Boa tarde a todos. Agradeço o Deputado por oportunizar essa fala por parte do Corpo de Bombeiros, um dos membros integrantes da Segurança Pública. Agradeço a presença de toda a comunidade. Vemos aqui o auditório cheio, mostrando o quanto é importante realmente falar sobre essa temática.

Da minha parte, como Comandante do 1º Batalhão, trago aqui uma demanda não somente dos militares, mas também dos nossos guarda-vidas civis que trabalham conosco. E há uma preocupação dentro do aspecto de segurança que nós queremos oferecer para este ambiente, que é um ambiente aquático, que apresenta riscos. Há várias correntes de retorno dentro dessa praia específica da Galheta. O acesso, a dificuldade de acesso, muitos acabam se acidentando ali durante esse trajeto. E hoje, quem presta o suporte para a Galheta seria a Praia Mole. Então nós temos *jet ski* disponível, moto aquática disponível hoje na Praia Mole. Inclusive a equipe de segurança – tanto da Guarda Municipal quanto da Polícia Militar – que nos apóia fica sediada na Praia Mole e, em havendo necessidade, se desloca, então, até a Praia da Galheta.

Na Praia da Galheta, o nosso primeiro posto foi instalado em 1991, e no mesmo ano em que ele foi instalado, queimaram o posto por completo, numa demonstração de que não se tinha o interesse da permanência de representantes da Segurança Pública naquele local. Passados, então, alguns anos, em 2008 construíram um novo posto, posto de madeira, respeitando a questão da preservação ambiental – posto que não possui banheiro. Então, todas as necessidades que os nossos guarda-vidas militares têm, eles precisam se deslocar até o posto da Praia Mole. E pensem: em um turno de doze horas, quanto eles ficam migrando, fazendo fluxos para poderem fazer suas refeições e suas necessidades. [*Transcrição: Cátia Schaffer / Leitura: Djonathan Costa*]

Após o ano de 2008 queimaram também o posto e, aí, nós tivemos mais de seis anos seguidos de tentativas de vandalismo, depredação e ateamento de fogo. Os nossos guarda-vidas civis chegaram, inclusive, no final do turno deles a pegar baldes e levar água para poder encharcar a base dos nossos postos, no intuito de impedir que um incêndio provocado pudesse destruir o nosso posto. Quem conhece a estrutura dos nossos postos sabe que são algumas estacas e o posto fica elevado – o fogo era ateado sempre na base. E na tentativa de eles preservarem, acabavam, no final do serviço, encharcando a base do posto para tentar evitar que ocorresse um novo incêndio e destruísse o espaço onde eles estavam.

Este ano tivemos, no início da Operação Estação Verão, dificuldade de alocar alguns guarda-vidas naquele local, na Praia da Galheta, porque eles se recusavam a ter que se expor a alguns importúnios que eram constantes durante o seu turno de serviço. Importúnios sexuais, importúnios porque alguém via outra pessoa fazendo uso de uma substância não permitida e vinha se reportar a alguém que era um representante do órgão público. E, aí, todas as reclamações daquele espaço eram reportadas para os nossos guarda-vidas e toda vez que um deles fosse abordar essa pessoa que estava fazendo uma prática ilegal, havia todo um confronto. Hoje, todo mundo tem celular e já começavam a filmar e a fazer verbalmente algumas ameaças, o que trazia muita insegurança.

Nós temos agradecido muito, e a Vice-Prefeita sabe o quanto a Guarda Municipal e a Polícia Militar têm dado esse apoio, pois toda vez que precisamos da ajuda deles para fazer essa intervenção, eles estavam sempre dispostos a ir lá, porque os nossos guarda-vidas civis não têm preparo para essa abordagem de pessoas que estão fazendo práticas ilegais. Então, isso acabava trazendo um respaldo para eles e o quanto eles se sentiram seguros com essa presença, tanto da Guarda Municipal quanto da Polícia. Por isso acabaram aceitando que tocássemos o serviço na Praia da Galheta.



Mesmo sabendo da proibição, temos vários casos de pessoas que continuam ignorando essa decisão da negativa com relação à prática do nudismo naquela praia e, mais uma vez, o nosso guarda-vidas acaba tendo que deixar de fazer o seu ato de segurança, de guarnecer aquela praia, para tentar resolver e mediar esses problemas que, a nosso ver, já estariam apaziguados. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Alex Brasil) – Obrigado pelas palavras.

Passo a palavra ao senhor Major Anderson Galdino Torres de Oliveira, neste ato representando o Comandante-Geral da Polícia Militar de Santa Catarina, Coronel Emerson Fernandes.

O SR. MAJOR ANDERSON GALDINO TORRES DE OLIVEIRA – Obrigado, Deputado Alex; Deputado Marquito; Vice-Prefeita Maryanne Terezinha Mattos; Tenente-Coronel Sarte; Delegado Pedro; assim como o Procurador de Justiça.

Deixei por último a senhora Miriam, até para fazer uma menção especial a ela, pois desde que viemos trabalhar no 4º Batalhão, há quatro, cinco anos, a senhora Miriam sempre nos procura no começo das operações de verão para que apoiemos a Agal e estejamos presentes na Praia da Galheta relatando os problemas que lá estão. *(Palmas.)*

Para os senhores terem uma ideia, só este ano, e ainda estamos em março, já foram seis ocorrências de atendimento a ato obsceno na Galheta. Sempre deixamos claro para a senhora Miriam que a nossa presença, como Estado, na Praia da Galheta nos traz um problema, porque se existe a proibição legal na Prefeitura de que ali não se pode fazer naturismo ou nudismo e se a Polícia Militar ou os policiais que lá forem presenciarem esse ato e verem que tem alguém constrangido com aquela situação de alguém estar nu na praia, isso reflete em crime de ato obsceno.

Infelizmente a maioria das pessoas que habitam, utilizam ou usufruem da Praia da Galheta são pessoas de bem e não queremos nos indispor com pessoas de bem. Sabemos que, assim como a Agal, as outras associações querem utilizar a Praia da Galheta da melhor maneira possível. Porém, creio que aqui é uníssono dizer que o problema está nas pessoas que não sabem usar o espaço público.

O senhor Procurador deixou bem claro que, em Barcelona, tem uma lei que fala sobre civilidade, a educação social que recebemos em casa e que poderia ser utilizada ou expandida para quando usarmos a praia. Quando a Polícia Militar vai à Praia da Galheta, porque, como o Tenente-Coronel Sarte falou, o Corpo de Bombeiros nos chama ou porque o guarda-vidas civil verificou ou flagrou um ato criminoso, nós vamos como Estado e, como Estado, vamos para tentar voltar à ordem social, a qual foi quebrada, como a Prefeita falou, por um ato de sexo selvagem, [descarte] de camisinha ou uso de drogas ilícitas, infelizmente, seja nas trilhas ou mesmo na Praia da Galheta.

Creio, Deputado Alex, que é uníssono aqui nesta audiência que o uso da Praia da Galheta, como naturismo ou não, tem que ser feito com consciência e, como o Procurador falou, com civilidade. São poucas as pessoas que quebram essa civilidade, mas essas são as pessoas que estão fazendo esta audiência pública existir.

Infelizmente não é omissão do Estado, porque se o Estado vai, as pessoas de bem também são prejudicadas. Mas, infelizmente, essas pessoas, ao não saberem utilizar esse espaço público, fazem com que todos paguem.

Para o senhor ter ideia, Deputado Alex, nós, da Polícia Militar, pensamos em várias formas de como atuar na Praia da Galheta. Uma delas, como o Tenente-Coronel Sarte falou, é através de quadriciclo, ligando a Praia Mole à Praia da Galheta, até porque a Praia da Galheta é um local paradisíaco, um local de difícil acesso, aonde não chega viatura. Pensamos até no uso de *drones*, mas o problema é que as pessoas que estão lá não querem ser filmadas. Não há um ato de constrangimento em filmar para a segurança pública, porém é algo que fica vexatório. A pessoa está lá com a sua família, nua ou fazendo prática naturista, que é proibida, mas que é usual na praia, e as pessoas de bem não querem ser filmadas. Então também não utilizamos desse fato.



A própria senhora Miriam nos relatou há três, quatro anos, que existe um problema que já virou questão de desordem social pelo uso irregular, principalmente das trilhas. O problema antes era entre os naturistas ou os frequentadores da praia e os pescadores, mas hoje nem se fala mais, porque os dois públicos estão em harmonia, dizendo que o problema [atualmente] é a insegurança, principalmente nas trilhas, Deputado Alex.

Quero dizer para o senhor que a Polícia Militar, quando foi procurada pela Prefeitura, assim como quando era procurada pelo Corpo de Bombeiros, se fez presente, em parceria com outras instituições públicas e nós, junto à Prefeitura, fomos fazer daquela trilha segura – estamos indo à Praia da Galheta –, mas não conseguimos e vou deixar aqui bem claro para todo mundo na audiência pública que colocar um posto de polícia na Praia da Galheta é inviável. Todos sabem as condições de efetivo da Polícia Militar, até porque não teria lógica fazer um posto disso. Mas na Operação Estação Verão foi reforçado o policiamento, tanto que houve flagrante desses crimes de atos obscenos, e nós continuaremos durante o ano todo fazendo essas rondas na praia.

Eu vi alguns cartazes dizendo “omissão do Estado”. Nós não conseguimos estar 24 horas dentro da Galheta. Quando nós vamos, ou as pessoas se escondem ou saem rápido do local e dificilmente vamos conseguir flagrar com farda — a Prefeita Maryanne sabe disso — ou com viatura ostensiva, atos obscenos desse tipo. Mesmo assim, com a parceria do Corpo de Bombeiros, conseguimos fazer algumas apreensões ou prisões desse tipo de pessoas.

Estamos à disposição e obrigado, Deputado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Alex Brasil) – Muito esclarecedor os seus relatos. Isso mostra para nós o quanto é difícil alcançar a ordem pública, até por essa contradição de que as pessoas de bem que estão ali praticando o naturismo, o nudismo, e que não têm nada a ver com esses atos mais severos que temos percebido, acabam pagando por isso.

Passo a palavra ao senhor Delegado Pedro Henrique de Paula e Silva Mendes, neste ato representando o excelentíssimo senhor Delegado-Geral da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, Ulisses Gabriel.

O SR. DELEGADO PEDRO HENRIQUE DE PAULA E SILVA MENDES – Boa tarde, Deputado, e todos os presentes.

Falando em nome da Polícia Civil, acho que ficou bem claro para todos que essa parte mais ostensiva fica a cargo da Polícia Militar; da Guarda Municipal; e do Corpo de Bombeiros, que também atua no que tange aos guarda-vidas civis, resgates, etc.

Quando fomos instados pela Prefeitura a participar desse projeto ou dessa ação, principalmente da Operação Trilha Segura, que foi capitaneada pela Prefeitura, não nos furtamos a nos fazer presentes. Na reunião que antecedeu a nossa trilha, perguntamos onde a Polícia Civil poderia atuar junto a essa força-tarefa, vamos dizer assim, para que a Praia da Galheta volte a ser ocupada por todas as pessoas.

Fico muito feliz em ver essa quantidade de pessoas aqui para debater. Isso demonstra que realmente existe uma democracia onde as ideias serão discutidas.

Voltando à minha fala sobre onde a Polícia Civil poderia entrar nesse processo, chegamos à conclusão de que temos, no âmbito de Florianópolis, a Delegacia de Combate às Drogas, que pode, sim, atuar de forma investigativa, de forma velada, para ir retirando pontualmente essas pessoas que possam estar de alguma forma colocando a droga ou fazendo com que ela chegue lá – não estou dizendo que é a pessoa que está na praia, mas sim a pessoa que faz com que a droga chegue até quem esteja na praia e provavelmente a use. [*Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leal / Leitura: Vera Regina Zacca*]

Esses atos obscenos, que, como foi bem dito aqui, são proibidos por lei desde 2016, salvo engano, já vêm sendo combatidos pela Polícia Militar quando flagra e faz o Termo Circunstanciado. Então, são várias frentes atuando.



Quero deixar um dado aqui, porque, coincidentemente, eu estou na figura de diretor de Polícia, mas este mês eu estou respondendo pela 10ª Delegacia de Polícia da Lagoa da Conceição, porque o Delegado de lá está de licença médica. Então eu recebo os Boletins de Ocorrência de toda a região, inclusive da Praia Galheta, e somente este mês já temos aproximadamente três ou quatro roubos que aconteceram lá. As pessoas já foram devidamente identificadas e o pedido de prisão já foi feito. Então eu volto a dizer, são retiradas pontuais, seja do pequeno traficante, seja daquela pessoa que comete o roubo nas imediações e até na trilha da Galheta. E essa soma de esforços vem fazendo com que o debate seja levado para todos e eu acho muito positivo essa proposta.

Como eu falo de uma democracia aqui, quero dizer que nós temos, sim, na 10ª DP, o inquérito policial que também apura agressões, algumas agressões que as pessoas nos relataram ter sofrido, principalmente as pessoas que frequentam e são adeptas do naturismo, ou do nudismo, e que nos relataram que sofreram algum tipo de agressão. Saibam, sim, que a investigação está em curso na Delegacia de Polícia, para apurar a autoria desses delitos que essas pessoas sofreram.

Eu quero dizer que a Polícia Civil age com imparcialidade e com isenção, mas deixo bem claro também que o que está na lei será cumprido. Ou seja, se lá não pode, nesse atual momento, fazer o naturismo / nudismo, desculpa, eu sou leigo no assunto, a Polícia Civil vai combater isso e não vai deixar que isso aconteça. Está bem?

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Alex Brasil) – Passo a palavra à senhora presidente da Associação Amigos da Galheta (Agal), Miriam Carvalho Alles.

A SRA. MIRIAM CARVALHO ALLES – (*Passa a ler.*)

“Muito boa tarde a todas as pessoas aqui presentes, incluindo as autoridades e aos demais que nos assistem ao vivo pelo canal da TVAL.

Meu nome é Miriam Carvalho Alles e, juntamente com meu falecido marido, Afonso Alles, fundei, em 1995, há trinta anos, portanto, a Agal, Associação Amigos da Galheta. Na época, éramos casais, famílias e pessoas adeptas à filosofia naturista que tem por princípio fundamental a harmonia plena do ser humano com a natureza e a defesa do meio ambiente.

Atualmente, dentro do ideal naturista, agregamos mais de trezentas pessoas que participam, todos os dias, dos nossos grupos de discussão sobre o naturismo e os problemas da Galheta.

Na base do ideal naturista, que inclui o nudismo, estar ao natural, ao sol, na areia da praia e no mar, encontramos a ecologia profunda, o cuidado com o ambiente natural e a aceitação do nosso corpo.

Somos membros há mais de seis anos do Conselho Consultivo da Galheta. Somos entidade de utilidade pública associada à Federação Brasileira de Naturismo – que está aqui presente – e à Federação Internacional de Naturismo.

Nesses anos todos, foram incontáveis as vezes que nos dirigimos ao Poder Público pedindo guarda-vidas, policiamento, cuidado e proteção para trilha, praia e áreas da restinga do Monumento Natural da Galheta. Todas essas ações estão aqui documentadas com ofícios e fotografias que comprovam o nosso pedido de socorro e ajuda há mais de 24 anos.

Em 1997, mais de vinte anos após os primeiros registros de naturistas na Galheta, conseguimos no Parlamento municipal uma lei para nos proteger, que foi suprimida em 2016 sem qualquer consulta pública e com tramitação duvidosa, beirando a ilegalidade, face à supressão reiterada da necessidade de discussão de seus efeitos com a sociedade.

Dali em diante, cresceu o descaso do Poder Público e aumentaram os crimes na Galheta, crimes estes que cansamos de denunciar, tais como: assédio sexual, furto, assalto à mão armada, venda e consumo de drogas ilícitas, degradação das áreas de



preservação permanente, prática de sexo ao ar livre na área de restinga, aliciamento e turismo sexual.

Rogamos, portanto, às autoridades aqui presentes, que não criminalizem os naturistas e apoiem a aprovação de uma lei que proteja a prática do naturismo com regras claras, fiscalização eficiente e a presença do Poder Público.

O naturismo é praticado em todo mundo. É uma fonte de turismo que traz riquezas e divisas ao Estado de Santa Catarina. Nosso Estado tem o privilégio de ter três praias onde se praticam o naturismo e que merecem atenção e cuidado por parte do Poder Público.

As forças de segurança que outrora não possuíam efetivo para nos dar a segurança requerida, há mais de 24 anos, agora surgem, do nada, coibindo os naturistas, pessoas do bem, como se fôssemos os causadores das mazelas que ocorrem na praia, sem atacarem os reais problemas.

Nesses mais de cinquenta anos, o naturismo tem se mostrado saudável e preservacionista. Rogamos ao Poder Público que puna os reais criminosos, não os naturistas. Os naturistas são pessoas de bem, pacifistas e amigos de todos. Não somos e nunca seremos criminosos.

Defendemos nosso direito de exercer e praticar o naturismo na Galheta, no Pinho, em Pedras Altas e nas outras praias do Brasil afora, com todo o nosso esforço.

Muito obrigada.” (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Alex Brasil) – Muito obrigado.

Passo a palavra ao Deputado Marquito, que também é membro da Comissão de Direitos Humanos e Família da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MARQUITO – Muito obrigado, Deputado Alex Brasil.

Quero cumprimentar todas as autoridades aqui, cumprimentar as comunidades também representadas, as entidades representativas, os Vereadores e as Vereadoras da Câmara Municipal de Florianópolis. Este é um debate muito importante.

Primeiramente, Deputado Alex Brasil, neste debate desta audiência pública eu quero me colocar como Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa, porque a senhora Miriam colocou muito bem os termos e o quanto a legislação contribui ou prejudica, do ponto de vista do entendimento, da funcionalidade e das ações, e, principalmente, o quanto aquele território do qual nós estamos falando, assim como o Procurador do Ministério Público Federal colocou para nós, é afetado por legislações ambientais e por um território protegido.

Eu quero dizer que o território que nós estamos discutindo é uma Unidade de Conservação, é um parque ambiental, e é de uma categoria chamada Monumento Natural da Praia da Galheta. Um monumento natural tem suas regras definidas. O processo de recategorização, quando originou aquela Unidade de Conservação e foi recategorizada, na sua origem – [como] a senhora Miriam colocou – uma das principais motivações de transformar aquilo em uma área protegida era, justamente, a prática do naturismo como uma prática prevista do uso integral e da ecologia integral dentro daquela área.

Então, olhem a importância, foi criada uma Unidade de Conservação, observando a importância do naturismo e a importância daquelas práticas. Mas, mais do que isso, é uma parte muito importante para a proteção ambiental. Depois, ela vem e é recategorizada para se adequar a legislação federal do SNUC, Sistema Nacional das Unidades de Conservação, e entra para um Monumento Natural.

Monumento Natural é uma categoria igual a da Lagoa do Peri, que extrai água e abastece cem mil pessoas, mais de cem mil pessoas na Ilha de Santa Catarina. O Monumento Natural da Galheta tem vários objetivos de estar ali protegido. Porém, quero dizer que durante esse processo, inclusive, teve uma audiência pública na Câmara Municipal, no dia 17 de setembro de 2024, onde houve um entendimento -



inclusive do Promotor do Ministério Público do Estado - entendendo que não foi proibida a prática do naturismo.

Então, eu entendo as forças de segurança que também vivem nessa insegurança, do ponto de vista do entendimento. Mas o que queremos deixar muito bem estabelecido é que, do ponto de vista das leis que regem aquele espaço, aquele território da Praia da Galheta, hoje nenhum dos documentos, nenhuma das legislações proíbe a atividade do naturismo, e isso é importante destacar. *(Palmas.) [Transcrição: Rafael José de Souza / Leitura: Reinaldo T. Ouriques / Leitura Final: Ilka Maria Fretta]*

E eu quero chegar a outro ponto, que a senhora Miriam colocou e já observei que aqui tem muitos membros que fazem parte do conselho consultivo da Unidade de Conservação, a Associação da Lagoa, o pessoal da Praia Mole, o Cachorrão está lá, tem uma galera que faz parte do conselho consultivo que realizou, se eu não me engano, dez oficinas para elaborar o Plano de Manejo. Foram seis anos de debate. Ali tem um espaço que é justamente a dificuldade de fazer a gestão do mandado de conservação, Deputado Alex, é a criação dessa participação da comunidade, e aí tem os membros estabelecidos e foi construído um Plano de Manejo. Certo? Não agrada todo mundo, obviamente, porque tem diferenças ali, mas tem um documento hoje, que ainda não foi publicado. O Plano de Manejo é um instrumento que garante a segurança, quem guia as pessoas dentro da unidade de conservação, o trabalho que precisa fazer para delimitar a unidade de conservação, criar a identificação, promover a educação ambiental e fazer a condução das pessoas lá dentro. Esse é o Plano de Manejo, ele dá as condições para que aquela unidade de conservação possa executar as suas atividades. E nós não temos um Plano de Manejo, hoje, da Praia da Galheta, da unidade de conservação Monumento Natural da Praia da Galheta. Então, eu quero aqui, primeiro, pedir para o senhor, que está conduzindo a audiência, colocar como prioridade número um, ou número zero, a publicação do Plano de Manejo da Praia da Galheta, através do Monumento Natural da Praia da Galheta. Quero pedir esse encaminhamento *(palmas)*.

Quero também aproveitar este momento para dizer que eu apresentei uma emenda, através da Bancada da Grande Florianópolis, que o Deputado Alex Brasil também compõe agora, e nós destinamos R\$ 300 mil para a Floram construir o Programa Roteiros do Ambiente, que são as placas de identificação para as unidades de conservação municipal de Florianópolis, e também para conseguir dar condições para as trilhas de acesso a essas unidades de conservação. Então, é um recurso destinado para auxiliar na mediação desses conflitos.

E mais do que isso, eu tenho discutido muito com o Major Gilson Klein, da Polícia Militar Ambiental, porque o senhor sabe que a questão da violência, dos assaltos, das atividades ilícitas não é exclusiva da Praia da Galheta, ela está em muitos lugares, basta olhar para o que está acontecendo no Moçambique, para o que acontece no Rio Vermelho. Eu sou autor de uma lei que tramita aqui nesta Casa para instituir uma multa administrativa para as importunações sexuais das mulheres. E eu fui provocado para essa legislação por conta desses inúmeros ilícitos que acontecem em muitas outras trilhas como, por exemplo, no Parque Natural das Dunas da Lagoa da Conceição, no Rio Tavares, no Campeche, no Morro das Pedras, na Lagoinha do Leste, enfim, em várias trilhas. Quero dizer que o que acontece na Praia da Galheta também acontece em muitos outros lugares, na mesma proporção e dimensão. E com certeza as forças de segurança sabem disso.

Então, nós temos que cuidar muito neste momento porque, primeiro, não podemos usar as inseguranças e as violências para criminalizar o naturismo, que tem um histórico tão importante na cidade; segundo, violências, violações e ilícitos acontecem em diversos lugares, é um problema do ponto de vista sistêmico de uma sociedade; terceiro, eu quero me colocar, Deputado, para colaborar nesse processo. Eu tenho dado um suporte junto aos Bombeiros, especialmente lá nos postos de salvavidas e guarda-vidas do sul da Ilha, e também dentro dessas necessidades, das quais



se tem falado. Quando eu fui Vereador, apenas para dar um exemplo, nós destinamos uma emenda para construir um banheiro ecológico no posto salva-vidas da Galheta e também do Moçambique.

E eu queria me colocar muito nesse papel de mediar essas ações, especialmente para dar os pontos de segurança que nós precisamos e não olhar a Praia da Galheta com essa especificidade com a qual se está olhando. Nós temos que tomar um cuidado enorme para não transformar o naturismo em responsável por todas essas violações e ilícitos que acontecem, porque eles também estão multiplicados em vários outros lugares. E temos que nos colocar, enquanto Assembleia Legislativa, na resolução desses problemas.

Então, eu queria deixar aqui a minha contribuição e pedir para o senhor fazer um encaminhamento, de forma muito urgente, para a Prefeitura Municipal – tem representantes aqui, a Marianne Mattos saiu, mas deixou os representantes –, para que o Plano de Manejo, que saiu das discussões lá do conselho consultivo, seja publicado. Aproveitar agora, o aniversário de Florianópolis, para publicar o Plano de Manejo, por exemplo. Ele deveria ter sido publicado, mas foi cancelado, teve um ato e o ato foi duas vezes cancelado, infelizmente, e ele precisa ser publicado, então [sugiro] aproveitar agora para a publicação, porque nele foram garantidas essas ações. Eu queria colocar esse ponto e agradecer o espaço e contem comigo.

Infelizmente eu vou ter que sair no meio, estou indo para uma audiência pública em Jaguaruna, sobre a APA da Baleia Franca. Hoje de manhã eu coordenei a reunião ampliada sobre a pesca da tainha, nós tivemos uma reunião muito proveitosa hoje, aqui na Assembleia Legislativa, com a presença do Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Pesca, Secretário de Estado da Pesca, Colônia Z11, Colônia Z12, entidades representativas, e conseguimos sair com o encaminhamento de acabar com a cota para a pesca de arrasto de praia e garantir o dia de emalhe anilhado. Queria dizer que nós sugerimos construir o Observatório de Manejo Sustentável da Tainha no litoral catarinense e temos trabalhado bastante nesse sentido.

Quero mais uma vez agradecer o espaço e parabenizar pela iniciativa. Contem comigo.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Alex Brasil) – Obrigado, Deputado.

Dando continuidade, conforme tínhamos acordado no início, agora que a mesa encerrou as suas falas, vou abrir para os representantes das associações aqui presentes.

Começo passando a palavra ao representante dos moradores do Retiro da Lagoa, senhor Marcos Datoli.

O SR. MARCOS DATOLI – Boa tarde. Meu nome é Marcos Datoli, mas todos me conhecem como Baiano. Não sou surfista, não sou pescador, sou um trabalhador e estou na Praia Mole há dez anos.

Primeiro, quero agradecer todos os políticos que abraçaram a causa. Essa é uma batalha nossa de três anos. Nós, primeiro, entramos em contato com a Associação de Pesca, depois com a [Associação] de Surfe, depois com a própria Agal, após nós identificarmos todos os problemas lá da praia.

Eu não consigo entender qual é a dificuldade para distinguir o nudismo do naturismo. O próprio Promotor falou do exemplo lá de Barcelona e o nosso Delegado da Polícia Civil, naturismo/nudismo. O ato de eu chutar uma bola não me transforma em jogador de futebol, o ato de eu fritar um ovo não me transforma em chefe de cozinha, mas simplesmente o ato de eu tirar a roupa me transforma em nudista, eu sou um nudista. Naturismo é muito mais do que o ato de tirar a roupa, é uma filosofia. Aquele mapa que está ali atrás não foi trabalho de Prefeitura, foi trabalho nosso, de onze associações que se reuniram e formaram uma federação em busca de provar [o que está acontecendo], depois de já ter levado todas essas demandas. Existem técnicos da Floram, que é quem cuida, o Cidi, a Mariana e o Alexandre Burque. Todas essas



demandas, todo esse caos que agora está vindo à tona graças ao Deputado, ao Vereador, à Monalisa, à Mariane e a todo mundo que abraçou essa causa, sobre tudo isso, nós estamos há três anos indo nos órgãos para colocar placas, para explicar que abriram tocas.

Ninguém é contra a opção sexual de ninguém, mas você se achar naturista pelo simples fato de você tirar a roupa... Eu acho que não dá para você entrar em uma festa de torcedores do figueira e ver bolo do Avaí, camisa do Avaí. Se tivesse naturismo na praia, a praia não estaria daquele jeito. Cada toca daquelas tem dentro uma cama Box melhor do que a que eu tenho em casa.

O problema são três pontos básicos. Você entra no Instagram e vê o amigo colocar: salve as baleias, salve os pinguins, não suje a praia. É uma unidade de conservação que está degradada, é uma praia que a criança não pode frequentar, e não sou eu que estou falando, nós temos vídeos, é só entrar lá – SOS Praia da Galheta – e vai estar a criancinha que foi para a praia e foi mandada embora porque a Praia [da Galheta] não é lugar de criança. Existe, sim, um lugar aqui em Santa Catarina onde qualquer mulher será esculachada, esse lugar chama-se Praia da Galheta. Se realmente há vinte anos tivesse naturismo, eu acho que não encontraríamos tanta desgraça e tanta pouca-vergonha como tem lá.

Primeiro: crime inafiançável de entrar na restinga e abrir uma toca; segundo: ato obsceno; terceiro: o esculacho que fazem lá com as mulheres.

Eu solicito, não sei se alguém alguma vez solicitou algo parecido, mas eu solicito a prestação de contas de todas as associações. Como é feito isso? São onze associações e que todas as associações e a própria unidade de conservação prestem contas para nós. De onde vem e para onde vai o dinheiro?

O próprio guarda-vidas ali é uma situação assim, cara... dois guarda-vidas já tiveram a cara arrebitada na Praia da Galheta. São cinco postos de guarda-vidas queimados. O grande Deputado Marquito falou que acontecem as mesmas coisas nas outras praias e com a mesma frequência. É impossível! É impossível! Eu imagino uma guarda-vidas mulher – as feministas que me ajudem –, uma mulher estudar, virar guarda-vidas, ter a função de salvar a vida e ir para a Galheta para ver homem se masturbando, a galera entrando na trilha e largando camisinha. É muito mais do que uma batalha que a galera tenta criar entre *gay* e hétero, pelado e não pelado. É cuidar da natureza, deixar as crianças irem para as praias e fazer com que as mulheres lá se sintam seguras. Quando eu tento contato com a Carla Ayres, tento contato com o Leonel Camasão, tento contato com o Deputado Marquito, é justamente para tentar conseguir fazer com que entendam a diferença. Por que o nudismo não é tratado como nudismo e tem que ser colocado entre aspas, como se fosse naturismo? Gente, se todo o nudista que estivesse lá fosse naturista, seria impossível ter um mapa daqueles. (*A plenária se manifesta efusivamente.*) [Transcrição: Fabiano Antonio de Souza / Leitura: Vera Regina Zacca]

Só para concluir, porque aí há os que vêm e falam: ah, a gente sofre preconceito. São 95% da população, e como é que 5% vão impetrar um preconceito contra 95%? Eu tenho certeza de que os naturistas jamais serão os culpados. Naturismo nunca foi proibido em lugar nenhum e nunca será proibido. Não adianta a Carla ir lá e dizer: vamos fazer uma lei para fazer o naturismo na faixa de areia. Qualquer um pode estender uma canga, comer uma maçã, escutar um mantra e dançar um chakra, o que não pode é ficar pelado, [neste caso] é só ir lá para o Pinho.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Alex Brasil) – Muito obrigado.

Passo a palavra ao advogado da Agal, senhor Anselmo Machado.

O SR. ANSELMO MACHADO – Boa tarde a todos e a todas.

Cumprimento inicialmente o Deputado Alex Brasil, o Deputado Marquito e as demais autoridades presentes. O meu muito boa-tarde.



Eu sou advogado contratado pela Agal para defender as suas questões, e também sou praticante do naturismo.

Bom, Deputado, a Agal fez questão de produzir um dossiê, entregue às autoridades, um histórico de documentos que comprovam que a Agal há muitos anos, na verdade há 24 anos, vem pedindo socorro para a Praia da Galheta. Há 24 anos nós estamos denunciando isso que está aí. Há 24 anos nós estamos pedindo que a Floram tome providências, que o Poder Público tome providências.

Como bem falou o Major, há anos, todos os anos a dona Miriam, uma senhora de 82 anos que faz rotineiramente a trilha da Galheta, vem entregando ofícios para a Polícia Militar e para a Guarda Municipal e sempre esbarramos na questão da estrutura. É evidente que, como muitos Coronéis já nos falaram, quando acontece uma ocorrência na Galheta, até o policial militar chegar lá o cara já foi embora, já saiu, já se evadiu. E nós sabemos e entendemos que é humanamente impossível termos lá uma guarnição permanente.

Esses problemas todos foram identificados pelo naturismo, foram levantados por nós, e nós não somos contrários à fiscalização da Polícia Militar, da Guarda Municipal, o que nós queremos é a presença do Poder Público para garantir a prática do naturismo.

Como bem falou o doutor Jardel, doutor Valmor, na audiência pública feita na Câmara Municipal, se não há lei que permita, não há lei que proíba, porque a questão do ato obsceno é muito relativa. É relativa a partir do momento em que o ato do naturismo, do nudismo é relativo ao local. E na Galheta se pratica o naturismo há mais de 50 anos. Então, pela tradição, pelo costume, o naturismo lá é perfeitamente aceitável, do ponto de vista legal. Certo?

Nós, da Agal, estamos trabalhando hoje na composição de uma lei com regras claras e talvez o Parlamento Catarinense, dentro da sua competência, possa também estender isso para todas as outras praias, porque temos mais duas praias que têm regras próprias, mas que poderiam ter um regramento estadual, como tem em Massarandupió, na Bahia, onde a lei estadual determina, de acordo com o código de conduta ética da Federação Brasileira de Naturismo, quais são os procedimentos. O que falta é estrutura, placas explicando como a pessoa tem que se portar e vigilância para que as pessoas se sintam seguras, com um melhor acesso – uma construção, inclusive, com o Ministério Público Federal, dentro daquele acordo que está sendo feito com os bares da Praia Mole – para que possam ter um fácil acesso, por meio de triciclo, para dar uma resposta rápida e efetiva aos crimes que estão sendo cometidos na praia. Nós não negamos que existam esses crimes. Esses crimes acontecem e nós, naturistas, somos vítimas. Nós somos vítimas de assédio e de importunação sexual, e somos contrários.

Terminando a minha fala, Deputado, o senhor pode perceber naquelas imagens que passaram aqui que 90% de todas as pessoas que estão ali, de alguma forma praticando sexo, estão com sunga, elas não estão nuas. Se fossem realmente naturistas, elas estariam nuas. *(Palmas.)*

(Manifestação inaudível fora do microfone.)

Então, Deputado, eu faço aqui um apelo ao Parlamento catarinense – e agradeço mais uma vez às forças de segurança que estão aqui presentes acompanhando e ao Ministério Público –, para que realmente nós consigamos construir, de uma forma harmônica, ordeira e disciplinada, a prática do naturismo, não só na Galheta, mas no Estado de Santa Catarina, para que haja uma regra única para todas as praias, permitindo assim a segurança, a paz e a harmonia entre todos.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Alex Brasil) – Com certeza, nós já estamos trabalhando nisso, vamos dar encaminhamento a essa lei, que já está sendo escrita, e contamos com o seu apoio, do Marquito e de todas as autoridades. É para isso que nós estamos aqui.



O Deputado Marquito terá que se retirar agora porque ele tem uma nova audiência.

Passo a palavra para o representante da Associação Cultural Verde Futuro, senhor Diogo Di Napoli.

O SR. DIOGO DI NAPOLI – Boa tarde.

Eu nado na Praia da Galheta diariamente e na Praia Mole também. E dois dias atrás, ao sair da praia, depois de fazer natação naquele lugar cênico, lindo e preservado, ao sair do mar dei de cara com um indivíduo nu e ereto. E lá isso é comum acontecer. Realmente há que se distinguir o que é naturismo do que é a prática do nudismo, e saber quem tem discernimento para isso, infelizmente.

Existem sociedades que estão mais avançadas, que permitem no meio urbano as pessoas ficarem sem roupa e o resto das pessoas se comporta, mas lá é bem difícil. Nós presenciamos diariamente atos obscenos. Se há dúvida do que é um ato obsceno tem que dar uma olhada no que acontece lá nas tocas.

A lei do naturismo é muito interessante, eu a li. Só que está faltando algumas partes, como é que ficam os resíduos? Como fica a quantidade de lixo que tem lá, não é? As pessoas vão lá, consomem bebida, largam lixo e quem recolhe? Ah, é a Comcap! Então, as pessoas vão, vendem e consomem, mas quem leva o lixo? Como é que fica o lixo, não é? Como é que fica todo o conjunto da obra lá? Nós ficamos discutindo se pode ou não tirar a roupa, o naturismo, mas e o restante dos assuntos? É invasão da restinga, é nascente de água com camisinha boiando... Então, tem mais coisas que nós precisamos abarcar. Não é todo mundo que tem discernimento para chegar lá e tirar a roupa. E como é que vai ser, o naturista vai andar com um crachá? Esse é naturista, esse tem discernimento e aquele não tem?

Existem casos de pessoas lá com tornozeleira sem roupa. Como é que fica? Como é que nós vamos discernir quem é naturista e quem não é? A questão é essa. Não é nada contra o naturismo, pelo contrário, eu me considero um naturista nato, sem estar necessariamente ligado a uma associação, pois o comportamento vale mais do que um crachá.

Então, tem mais coisas que precisam ser discutidas, não é só o fato de tirar a roupa, de quem tira a roupa e quem não tira. Temos que olhar isso com mais atenção, dar um *zoom out* no problema. Não é só ficar discutindo isso, tem mais coisas, tem resíduo, tem uso de drogas, tem crime, tem prostituição, tem *site* de encontros. Está institucionalizada a situação, basta você entrar lá no [aplicativo] Cruisingapp. Então, tem que dar uma olhada mais ampla para a coisa toda.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Alex Brasil) – Muito obrigado.

Passo a palavra ao representante da Associação de Pescadores da Galheta, Ivan Antonio de Souza.

O SR. IVAN ANTONIO DE SOUZA – Boa tarde a todos. Boa tarde aos integrantes da mesa.

Ouvindo todas essas falas eu mudei até o que eu tinha escrito, porque, galera, eu vou dizer, é uma hipocrisia o que fazem com a Galheta, dizer que a Galheta está as mil maravilhas, que as pessoas vão lá para curtir a praia. As pessoas não estão indo para a Galheta para curtir a praia, as pessoas estão indo para a Galheta para fazer sacanagem. É só isso que eu tenho para falar em relação a essa situação. As pessoas têm que admitir que a Galheta se perdeu, era uma proposta legal para a praia, mas se perdeu. Aquilo virou um bacanal.

Eu fui com um dos meus filhos, que está com 16 anos, quando ele tinha 12 anos, mandei que ele fosse à frente na trilha e ele voltou correndo, junto com a prima, porque tinha um cara agarrado no pinto do outro no meio da trilha. Quando eu cheguei lá o cara não estava mais. E aí? Que naturismo é esse que está rolando na Galheta? Ah, o naturismo não tem nada a ver com o nudismo. Tem, porque é isso que foi levado para a Galheta.



Agora, da galera que está aqui eu não vejo ninguém que tenha vivenciado a Galheta mais do que eu, sendo bem arrogante. A Vera curtiu a Galheta, o Cachorrão também, mas chegaram depois, porque eu nasci na Galheta. Quando o Marquito falou da história da mudança do nome, de parque para Mona, aquela história toda, foi porque a Prefeitura não conseguiu indenizar a escritura pública do meu avô, que era de 1940. Aí, para dar um jeitinho, para poder fazer isso e aquilo, cederam e alteraram a legislação.

A Galheta, onde hoje tem um rancho de pesca, chegou a ter cinco ranchos de pesca, era uma comunidade, que por algum motivo saiu, econômico, sei lá. Nós tivemos que sair, os nossos pais nos expulsaram da pesca, porque nós tínhamos que estudar, pois não dava retorno. Eu acordava às cinco da manhã e subia o morro para levar o café para o meu avô, que estava lá pescando tainha, mas tinha que voltar para a aula. Hoje, pergunto: o meu filho, que está com 16 anos, sobe a trilha sozinho? [*Transcrição: Clovis Pires da Silva / Leitura: Rafael José de Souza*]

Então, alguma coisa tem que ser feita em relação à Galheta. Agora vamos achar que a Guarda Municipal, a Polícia Militar e as Forças de Segurança vão estar presentes? Não. Eu convido para irem, agora no mês de maio, ver como vai estar a situação. Nós sempre vamos ver isso.

Todas as trilhas que nós tínhamos na Galheta se perderam para as tocas, porque não conseguimos mais passar. Chegamos ao ponto de eu estar descendo o morro às quatro e meia da manhã para pescar e encontrar um cara pelado no meio do morro, com um celular, lendo um livro. Ele estava lá fazendo naturismo ou tinha algum problema, eu não sei, mas era um nudista, porque ele estava pelado no meio da trilha. Eu levei um susto e falei: o que é isso? (*ri*). Então, galera, nós temos que ver o que realmente queremos, mas uma coisa é certa: as pessoas que estão a fim de curtir a Galheta, com roupa ou sem roupa, têm que ser identificadas, porque é muito triste ver a galera do surfe, que ia lá às cinco horas da manhã, hoje não conseguir mais ir porque está preocupada. O que vai acontecer?

É o seguinte: é naturista, é federado, é coisa e tal, se identifique. Ah, não, não podemos fazer isso porque estaremos privando as outras pessoas. Se eu não tenho problema de ir à praia, se eu não tenho problema de ficar pelado, eu também não tenho problema de me identificar. Eu pergunto aqui quantas pessoas sofreram violência lá, por marcarem seus programas, e não fizeram o B.O.? Quantas pessoas? Nós sabemos. Eu mesmo já perguntei e a resposta foi: pô, fui assaltado. E eu falei: e aí, cara, foi lá fazer o B.O.? E ele: não, não fui, né, fica ruim. Então, é complicado, entendeu? É complicado.

Eu acho que nós temos que ampliar essa discussão, que só veio à tona agora porque um grupo se sentiu ameaçado. Até então bastava eu ir a um gabinete reclamar, mas quando eu me senti ameaçado, aí começou a florescer.

Então é o seguinte: se é para preservar a Galheta, se identifique, se reconheça como da Galheta, como da praia. Eu não vejo nenhum problema da galera do surfe chegar lá de manhã para dar uma curtida e dizer o seu nome. Agora, o mesmo vale se eu quero ir e ficar pelado, eu vou ter que dizer o meu nome também. Entendeu? É uma discussão que tem levar a questionar... Chega uma pessoa lá e diz: olha, vocês estão impedindo as pessoas de virem. Não, não estamos impedindo, só queremos saber quem é. Agora, como será isso é outro problema. É outro problema.

As comunidades da Fortaleza da Barra, da Barra da Lagoa e da Lagoa foram literalmente expulsas da Galheta.

(*Manifestação inaudível fora do microfone.*)

Só um minutinho... Minha avó morreu aos 96 anos, no dia 28 de fevereiro. Eu vivia no morro com ela e aí veio um papo que há cinquenta anos ficavam pelados. A minha avó tem história, ela era poeta, escrevia. Se alguém um dia quiser... não publicamos. Vir dizer que há cinquenta anos viviam pelados na Galheta? Não, não é? Minha avó cuidava de vaquinhas na Galheta, pelo amor de Deus. Então, a minha avó



vivia pelada e o meu avô não sabia? Vamos rever essas falas aí, porque as coisas aconteceram muito mais recentemente, há uns trinta anos. Vamos ser mais coerentes em nossas falas.

Eu plantei alho na Galheta. Vocês já comeram alho? Eu plantei alho na Galheta. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Alex Brasil) – Obrigado.

Passo a palavra para o representante da Associação Esportiva Cultural Verde Futuro, Albert Joseph Hornett.

O SR. ALBERT JOSEPH HORNETT – Boa tarde a todos. Obrigado à mesa pela oportunidade.

Bom, vamos começar rapidamente falando desse mapa, no qual nós trabalhamos para apresentar para o Poder Público e mostrar para vocês a realidade do que acontece lá.

Hoje, a Praia da Galheta é frequentada... Na parte de delitos eu peço a atenção do representante da Delegacia da Polícia Civil, porque vai até facilitar as investigações.

Esse nome mancha a sociedade de naturismo, as pessoas que praticam *cruising*, que são pessoas que marcam encontros. E está tudo registrado nesse *site*, elas estão comentando ali: olha, está sujeira agora ir lá, porque agora a polícia está lá. Ah, vamos lá, porque hoje eu vou ser passivo. Que horas? Ah, às 15 horas eu estou lá. Então, do ponto de vista investigativo, fica até mais simples fazer uma investigação.

Se você estiver ali andando ou se uma mulher estiver deitada tomando sol – e já temos registros em fotos –, atrás dela vai ter um homem com o pênis ereto se masturbando. Nós mostramos outros registros de homens se masturbando, fumando um baseado. Como já falamos – eu estou muito feliz hoje, porque a minha mãe veio aqui nos prestigiar –, na época da minha mãe já se fazia naturismo lá em São Paulo, nas praias, e nunca teve essa agressão. Hoje, com essa questão da tecnologia, de você poder ir, se relacionar e fazer sexo, destruir aquele ambiente é muito fácil, é muito banal.

Quero chamar todos aqui, como fizemos na última ação de limpeza da praia: qual é o nosso dever aqui? Quais são as nossas obrigações civis? Respeito. Às vezes eu vejo uma bandeira: ah, eles estão querendo proibir o naturismo por causa de homofobia. Caramba, eu não sou homofóbico. Tenho amigos. Não é essa a questão. Não é homofobia e, sim, uma questão de respeito à natureza, de preservação, de união. Nós gostaríamos muito que a Galheta voltasse ou viesse a ser uma praia de união.

Eu acredito veementemente que hoje, na prática do nudismo, você não consegue diferenciar quem é o naturista, que veio realmente contemplar a praia, de quem veio praticar o *cruising*. Quem é quem? Não tem como você saber.

Ah, precisa do poder do Estado lá? Olha, eu acredito que a associação, que se coloca no dever de gerir essa prática, tem que se responsabilizar e apresentar um projeto: olha, vai ser assim, vai ter identificação, tudo certinho. Esse é o caminho, é de organização, porque do jeito que está, [qualquer um] pode ficar nu e ir embora, mandar bala.

Olhem as trilhas. se você chegar lá num dia de sol, às quatro horas da tarde, e entrar, você vai ver, está lá, é só ir ver. Com todo o respeito à Segurança Pública, à Inteligência, nós damos o relato. Vão lá num dia de sol, quatro horas, cinco horas da tarde, à paisana, nas trilhas. Vão pegar os flagrantes. Não é muito difícil.

Esse movimento de todas essas pessoas que vieram até aqui, clamando por socorro... Ninguém está aqui querendo brigar: não, porque a Agal... porque a associação tal... Não, pelo amor de Deus! Nós não queremos dividir ninguém. Eu, pelo menos, não estou aqui para dividir ninguém, nem é nada partidário. O que nós queremos aqui é que todo mundo possa curtir junto aquele lugar.

A Praia da Galheta, para mim, tem uma questão muito sentimental, relacionada com a minha avó. Eu levava minha avó todo domingo na missa e aí ela falava: vamos para a missa? Eu falava: vó, já fui à minha igreja. E ela: não acredito que você foi



naquela Galheta, praia de pelado. Aí eu falava: não, vô, eu estava lá e já conversei com Deus e tal. E ela: não, então vamos para a missa. Então, eu tenho essa conexão, essa lembrança muito boa dela ali.

E quando eu vejo o que estão fazendo conosco nessa praia é como se estivessem cuspidando na nossa história, na nossa cidade. Estão pisando naquele lugar sagrado. Eu até peço desculpas de eu me emocionar aqui com vocês, porque para mim é muito importante que nós salvemos a Galheta, mas como um único núcleo, como uma única coisa.

É duro chegar e falar: olha, não pode agora ficar nu, mas quem sabe no futuro? Como é que nós vamos resgatar isso? Não tem como você diferenciar uma pessoa que está ou não está com roupa. Não tem como você olhar para um cara e falar assim: ele é assassino ou não é? Ele é bandido ou não é? O juiz olha para ele e fala assim: hum, ele é culpado ou inocente? Como nós determinamos isso? Então, não tem como, não tem como reger essa regra.

Muito obrigado a todos. Eu espero, de todo o meu coração, que nós consigamos curtir em harmonia a Praia da Galheta.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Alex Brasil) – Obrigado.

Passo a palavra ao representante do Instituto Çarakura.

O SR. JOÃO BATISTA DUARTE – Boa tarde. Meu nome é João Batista, estou representando uma associação, mas na verdade eu queria representar a minha comunidade, eu sou morador da Barra da Lagoa.

Sou corredor de trilhas e montanhas, tenho mais de 45 trilhas mapeadas em Florianópolis e 11 cachoeiras, e o meu parque de diversões eu digo que é a Praia Mole e a Praia da Galheta, por causa da questão das trilhas. Eu vou correr uma prova de 110 quilômetros e lá [na Galheta] é a minha base de treinos, mas de três anos para cá tem ficado insuportável. Até me desculpem se estou sendo rude por falar isso, mas eu não vejo nenhum representante de naturismo, não vejo nenhum representante de associação, não vejo nenhum representante de naturalismo ou de nudismo, não vejo ninguém dentro das trilhas limpando as trilhas.

(*O senhor Vereador Leonel Camasão manifesta-se fora do microfone. Ininteligível.*)

Não, não é falso, não! Vá lá hoje. Então saia daqui e vá lá...

(*O senhor Vereador Leonel Camasão manifesta-se fora do microfone. Ininteligível.*)

Irmão, só um pouquinho, ninguém atrapalhou a fala de ninguém, então eu não aceito que vocês falem nada, tá, porque eu tenho o registro... [*Transcrição: Vera Regina Zacca / Leitura: Fabiano Antonio de Souza*]

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Alex Brasil) - Vamos manter a ordem, vamos respeitar a ordem de fala.

O SR. JOÃO BATISTA DUARTE – Pessoal, nós temos o registro, está registrado. Eu ajudei a fazer esse mapa porque conheço cada pedaço de trilha que existe lá. Todo final de semana aquele lugar vira uma bagunça, todos os dias. Se vocês saírem daqui e forem hoje lá, a trilha estará suja. Nós temos registros, eu não preciso mentir, temos as fotos. É por isso que está acontecendo esta audiência pública aqui e agora. Então, a questão é poder fazer uma trilha...

Outra coisa, o Deputado falou aqui que todas as trilhas são iguais à Galheta. Mentira! Mentira! Eu faço sistematicamente todas as trilhas de Florianópolis, todo final de semana eu faço uma trilha diferente. Nenhuma é igual à Galheta. Nenhuma está suja como a Galheta, cheia de lata de cerveja, de camisinha. A última vez que fomos à Galheta limpar... (*Palmas.*)

Esse mapa que fizemos – se alguém quiser eu tenho aqui no meu celular as imagens da última vez que fomos fazer essa trilha, que fomos fazer esse mapa escroto –, eu juntei mais de cem camisinhas (*mostra a tela do celular para a plenária*), o pessoal



falava para mim: não bota a mão aí! Mas eu falei: cara, eu não vou deixar assim. Eu juntei mais de cem camisinhas em uma única toca, quem dirá em mais de 180 metros que tenho mapeado, de uma toca que fica bem atrás do segundo quiosque que tem lá, na parte de trás, onde tem a bica. Tem mais de 180 metros de toca, que são as suítes – como o irmão falou aqui – e que, inclusive, tem camas, tem lugares cheios de lixo.

Eu não entendo por que as pessoas ficam me mostrando cartazes, como se achassem que estamos contra o pessoal do naturismo. Não é esse o problema. O problema é que a Galheta virou uma boca de inferno, gente. É vergonhoso descer hoje na Galheta com os meus amigos que correm trilha e nos depararmos com seis, sete, oito pessoas praticando sexo ou, então, entrar em uma trilha, descer a trilha da Galheta e estar cheio de lixo.

Temos que nos unir para acabar com isso, mas o que eu vejo aqui é um monte de gente puxando para o lado de cá, puxando para o lado de lá... Eu sou isso, eu sou aquilo. Temos que nos unir e acabar com esse bando de tarados que está lá. Não é um problema contra os naturistas, ou contra os naturalistas, ou contra o pessoal que anda pelado. É contra um bando de tarados!

Eu quero ver quem é que foi lá e botou a mão... Aí vem gente falar que somos a milícia da Galheta, mas a última pessoa que nós pegamos lá tinha dezesseis passagens pela polícia. Dezesseis passagens pela polícia e estava lá.

(O senhor Vereador Leonel Camasão manifesta-se fora do microfone: “Tu não podes bater nele mesmo assim.”)

(Manifestações ininteligíveis simultâneas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Alex Brasil) – Vamos manter o respeito e permitir que o senhor João conclua a sua fala.

O SR. JOÃO BATISTA DUARTE – Ninguém bateu, tanto é que a polícia chegou e prendeu.

(Manifestações ininteligíveis simultâneas.)

Não estou acima da lei, mas a lei não está sendo cumprida. Ninguém bateu, e ninguém é milícia, como falaram.

(O senhor Vereador Leonel Camasão manifesta-se fora do microfone: “Os rapazes ficaram sangrando sozinhos, agora?”)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Alex Brasil) - Senhor Vereador, por favor, vamos respeitar o rapaz.

O SR. JOÃO BATISTA DUARTE – Por que o senhor não vai lá, Vereador?

[O senhor Vereador Leonel Camasão manifesta-se fora do microfone: “Deputado, eu estou pedindo (ininteligível).”]

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Alex Brasil) – Ele está encerrando, não adianta ficar batendo boca, não é esse o objetivo.

O SR. JOÃO BATISTA DUARTE – Vai lá, senhor Vereador! Vai lá! Por que eu nunca o vi lá? Vai lá e põe sua cara a tapa!

(Palmas efusivas da plenária.)

Nunca vi nenhuma associação lá, só vi no dia em que fomos fazer a Trilha Segura, que tinha um pessoal distribuindo folheto, banana e maçã, mas eu não vejo ninguém lá para ajudar em nada. A única coisa que eu queria é que fossem lá, arrumassem, vamos lá ajudar, ao invés de estar falando isso e aquilo. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Alex Brasil) – Obrigado.

Passo a palavra à senhora representante da Federação Brasileira de Naturismo, Adriana Parreira Almada.

A SRA. ADRIANA PARREIRA ALMADA – Boa tarde a todos, autoridades e demais pessoas.

Eu tinha preparado aqui alguma coisa bem rápida, claro, respeitando o tempo, mas vou esclarecer uma situação antes. O rapaz falou no nudismo, no naturismo etc., mas comer uma maçã não torna uma pessoa naturista. Plantar uma árvore não torna uma pessoa naturista. Eu vou dar o exemplo do meu filho. Ele é formado em Biologia e,



infelizmente, eu só conheci o naturismo quando ele já era adulto, então ele ainda não me acompanha na vivência naturista. Isso não o torna naturista só porque ele defende a natureza. A nudez está dentro do naturismo. Uma nudez social com respeito e sem contexto sexual. Isso tem que estar muito claro para todo mundo. Toda essa situação que acontece – toca, camisinha etc. – não incomoda só Florianópolis, não incomoda só o Estado de Santa Catarina, incomoda também os naturistas, porque nós somos misturados com esse pessoal que não é naturista. Quem faz isso não é naturista, porque o naturista segue um código de conduta que já existe há muito tempo e que recentemente nós reformulamos e tornamos mais robusto, inclusive ele está aqui e eu quero pedir que seja colocado junto com a documentação da audiência. Então, como é que vamos saber se a pessoa é naturista ou não? Podemos fazer identificação, sim. Para quem não sabe, a Federação tem carteirinha de identificação.

Por exemplo, quando chegamos à Praia de Massarandupió, tem um rapaz anotando nome e RG. Isso ajudaria muito as denúncias. Nós queremos isso na Galheta, nós queremos identificação das pessoas. Nós não somos contra essa identificação. Nós queremos polícia, nós queremos segurança pública, nós queremos bombeiro.

O naturismo que defendemos – e que é o real – é da areia e do mar! Ele não é nas trilhas! Não é para ninguém ficar sem roupa nas trilhas, não é para ter relação sexual, isso não consta no movimento naturista. Que isso fique muito claro para todos! Não é só aqui no Brasil, é no mundo! No mundo, o naturismo não tem sexo, tanto que nós temos famílias [participantes], desde bebês até idosos.

Bom, eu tenho aqui cartas da Federação Internacional de Naturismo e carta da ClaNAT, Comissão Latino-Americana de Naturismo, que também vou pedir para serem incluídas na documentação.

Vou terminar com essa fala: a perseguição aos naturistas tem que parar! Eu moro na Baixada Santista, litoral de São Paulo, lá não tem praia naturista e encontramos gente fazendo sexo na praia também! Basta buscarem na Internet e vão encontrar que em Santos e em São Vicente também têm esses casos. Então, tem que acabar essa perseguição aos naturistas.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Alex Brasil) – Agradeço a participação de todos os representantes das associações. Agora, temos dez inscritos e pedimos que seja respeitada a regra dos três minutos, para que possamos completar a fala de todos.

Com a palavra a senhora Monaliza Fittarelli.

A SRA. MONALIZA FITTARELLI – Boa tarde a todos.

Nós nos conhecemos na última audiência na Câmara de Vereadores, quando eu entrei nessa história, não é? Desde então tenho lutado pela Galheta.

(*Passa a ler.*)

“Está muito claro aqui que os verdadeiros naturistas se sentem envergonhados de ter a sua imagem atrelada àquela orgia que acontece a céu aberto. (*Palmas.*)

Na última vez em que estive lá um naturista me disse que não concordava com aquela bagunça, que aquilo tinha que acabar... Logo em seguida um guarda-vidas do local chegou para mim e disse: moça, você não é daqui, não é? Olha só, eu mesmo já vi ele engatado três vezes lá no motelzinho, não caia nessa, não.

Então, nós temos todos os lados, em todos os lugares. Eles dizem assim: Floripa tem 42 praias, nós só temos uma. Prestem atenção, a Galheta não é mais uma praia, é uma Unidade de Conservação. Nós temos 45 espécies em extinção naquele lugar, então aquilo precisa ser preservado. Chega!” (*Palmas.*)

Eu queria falar uma coisa: autoridades, nós estamos cansados de saber o que precisa ser feito. Ações esporádicas não vão resolver o problema. Precisamos de um projeto com ações consistentes, com data para acontecer e no qual se especifique de quem é a competência de cada ação. Teremos policiamento? Quando começa? Quantas vezes por semana? Vão instalar câmeras? Vai ter guarita? Controle de



entrada? Como será daqui para frente? Qual o orçamento destinado para cuidar dessa unidade de conservação?

A Floram, que até esses dias estava mais preocupada com as baladas no local, poderia dar prioridade para entregar de uma vez esse Plano de Manejo, que é o que vai definir o futuro daquilo ali. Não adianta fechar as tocas e não ter fiscalização, porque no outro dia eles vão lá e arrancam tudo, como fizeram com as placas, e o motel continua aberto com força total. Muitos aqui imploram por providências há décadas. Chega de ações para cego ver, queremos resultados e queremos a Galheta livre dessa baixaria. [Transcrição: Nicole da Silva / Leitura: Janis Joplin Zerwes Leal / Leitura Final: Marivânia Pizzi]

Afinal, pode ou não pode o nudismo? Vamos aproveitar que estamos todos aqui, porque eu escuto advogados de um lado dizendo que pode e escuto de outro lado dizendo que não pode. Nesse sentido, como fica a força de segurança e como fica a população?

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Alex Brasil) – Obrigado, senhora Monaliza.

Passo a palavra ao representante da Associação Soul Surf Club, senhor Roberto Gretz.

O SR. ROBERTO GRETZ – Boa tarde a todos. Eu me chamo Roberto e sou formado em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Estive na Galheta hoje, não faz nem seis horas. Vou falar em nome dos surfistas que frequentam a praia. Eu frequento a Galheta de três a cinco vezes por semana. Não sei se as autoridades aqui frequentam a Galheta, ou quem esteve e qual foi a última vez que esteve lá, mas eu não tenho problema nenhum com gente pelada ou com gente fumando maconha. Essa não é a questão! A questão é que não está fazendo mais sentido eu sair da minha prática de surfe e lá na areia - não estou falando nem de toca - eu ver duas pessoas fazendo sexo oral. Não faz mais sentido eu chegar para surfar e ver quatro casais fazendo orgia ali perto das pedras. É isso que eu estou querendo dizer, as coisas para mim não fazem mais sentido, porque as pessoas perderam o sentido da liberdade e dos limites.

Eu percebi que a nossa reunião aqui está bem polarizada, mas eu não estou nem aí para a polarização de vocês, porque a culpa de tudo o que está acontecendo é dos senhores que estão sentados aqui (*dirige-se à mesa de autoridades*), quem vocês estão representando e não o CPF. Dizer para mim que não é possível colocar uma base de monitoramento lá na Galheta, pelo amor de Deus! Neste local em que estamos hoje foi feito um aterro e foram feitas construções, e dizer que não se consegue fazer um *bunker*, com uma *starlink*, com Internet, com monitoramento, abrir uma trilha para passar um quadriciclo!? Falar que isso não é possível é um tapa na minha cara. Eu pago “5 pau” de IPTU por ano (*palmas*). Então, assim, não é ser polarizado.

Eu tinha coleção de Playboy quando era guri, eu gosto de mulher pelada, fazer o quê? Não tenho nada contra, como não tenho nada contra o cara fumar o baseado dele lá. Agora, eu chegar lá para surfar com o meu filho de 16 anos e a minha filha de 13 anos e vermos um cara com um tripé fazendo uma *live* na Internet e se masturbando, isso eu não vou aceitar. O último que eu peguei fazendo isso – pode ter ido lá para a Delegacia – dei nele com o *leash* da minha prancha. A surra que o pai dele não deu nele, eu dei! (*Palmas*).

(*O senhor Vereador Leonel Camasão manifesta-se fora do microfone. Ininteligível.*)

Pode falar o que for, Vereador, mas passaram do limite, e nós estamos falando agora aqui é de limite. E se eu encontrar de novo fazendo, vai levar nas costas, porque o Poder Público não consegue chegar lá.

(*A plenária, em uníssono, manifesta-se: “Boa, boa.”*)



Eu falo em nome de todos os surfistas. Amanhã eu estarei lá, depois de amanhã também. E o culpado disso tudo é cada um que está sentado representado. Dois já vazaram...

(Discurso interrompido por término do horário estabelecido e o orador continuou a falar.)

...não estou acusando ninguém. Agora, saiba de uma coisa: não venha dizer para mim que não é possível fazer o monitoramento da Galheta, porque eu, com uma prancha embaixo do braço, eu faço a minha parte.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Alex Brasil) – Obrigado.

Convido agora a fazer uso da palavra o senhor Daniel Hoodi Tabibi.

O SR. DANIEL HOODI TABIBI – Boa tarde, meu nome é Daniel e sou dos Estados Unidos.

(Passa a ler.)

“Moro em Floripa e no Brasil há mais de oito anos e assim como milhares de turistas e estrangeiros frequento a Galheta durante grande parte desse tempo. É um lugar onde encontrei paz, comunidade, liberdade e o mais importante, um espaço seguro, algo que quero para todos.

Muitos de nós estamos aqui hoje porque nos importamos profundamente com o futuro dessa praia, e acredito que podemos trabalhar juntos para abordar os problemas atuais que ela enfrenta: lixo, sexo nas trilhas, ameaças de assédio sexual, violência - especialmente contra mulheres, naturistas e a comunidade LGBT - além de preservar seu *status* protegido e evitar o excesso de construções por aqueles que estão interessados apenas no ganho financeiro e no poder.

Mas não podemos resolver esses problemas por meio de ataques, homofobia e violência, como têm feito algumas pessoas, inclusive políticos nesta mesma sala. Essas são as mesmas táticas usadas há séculos por aqueles que buscam dinheiro e poder, criando um inimigo comum, neste caso, nossas comunidades. Uma narrativa divisiva está sendo empurrada por pessoas que querem privatizar a Galheta, criando uma imagem falsa do local para atender a sua agenda, como distração dos verdadeiros problemas, inclusive usando ações publicitárias, como a invasão e ocupação da Galheta organizada pela Vice-Prefeita, com uma forte presença policial no sábado antes do Carnaval, enquanto furtos e outros crimes estavam ocorrendo na cidade toda, no mesmo dia.

A Galheta pertence a todos nós. Há décadas ela tem sido um espaço onde pessoas de todas as identidades, incluindo LGBTs, naturistas, mulheres e famílias se reúnem. Basta ir para ver. Não vamos ficar de braços cruzados enquanto tentam transformar a Galheta em um espaço exclusivo para poucos que buscam dinheiro e poder. O verdadeiro problema não é quem pode acessar à praia, é como podemos torná-la mais segura e inclusiva para todos.

Vamos focar em resolver as ameaças reais na Galheta e nesta Ilha e manter este espaço aberto e seguro para todos. Precisamos nos unir pelo futuro da Galheta, garantindo que essa praia continue sendo um lugar onde todas as pessoas, de qualquer origem, possam se reunir em paz e segurança. Nós, como aqueles que frequentam e se importam com a Galheta, estaremos aqui para trabalhar com todos vocês por uma Galheta melhor, que pertença a todos.”

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Alex Brasil) – Obrigado, e também por gabaritar o tempo de três minutos, porque foi cravado.

Passo a palavra para a senhora Marta Dora Medeiros.

A SRA. MARTA DORA MEDEIROS – Boa tarde a todos. Gente, eu não sou de um lado nem do outro, sou simplesmente uma cidadã. Queria cumprimentar a dona Miriam, que eu não sei nem se está aqui... Está aqui, sim, a dona Miriam.



Eu sou de uma geração da década de 1970 que viveu sexo, droga e *rock and roll*. E, naquela época, fizemos de tudo um pouco. Eu pratiquei o naturismo e gostava dessa prática, mas, para mim, estar aqui hoje é porque vejo o naturismo de uma maneira um pouco diferente. Para mim, naturismo não é simplesmente lutar pela liberdade de quem pode ou não tirar a roupa. Estou aqui por uma questão que, para mim, é muito mais importante. Naturismo, para mim, é respeitar o meio ambiente, em todos os sentidos.

O que a Monaliza falou, e me deixou maravilhada, ninguém falou aqui: existe preocupação com os animais que estão se contaminando com camisinhas, seringas e drogas deixadas pelo caminho? Os animais estão morrendo devido a isso e os lacres das latinhas jogadas nas praias também são uma ameaça para os animais. Estou aqui porque acredito no naturismo, que para mim não é apenas ficar pelado, mas, sim, respeitar a natureza de todas as formas. É respeitar tudo e todos: as pessoas, os animais, as pedras, os mares, as areias, as docas, os cantos. Não é só limpar a areia branquinha e achar que está tudo bem. Não é isso. Para mim, naturismo é algo que vem enraizado de dentro da gente. Queremos salvar tudo e todos; eu quero salvar tudo e todos.

Inclusive aproveito para falar algo que talvez não tenha muito a ver, mas aproveitando o ensejo: tem uma certa Deputada que está elaborando um projeto querendo liberar animais na praia. É um exemplo que quero dar. O que vai acontecer? Não tenho nada contra cachorrinhos ou gatinhos indo para a praia. Realmente, não tenho. Mas tenho contra o ser humano, porque o ser humano vai pegar aquele cachorrinho, ele vai para a praia, aí ele dá uma entradinha no mar, dá uma escapadinha e abandona o cachorro na praia, e aí o cachorro ataca uma criança, ataca outra pessoa ou briga com outro cachorro. Quem é o culpado? O cachorro. E quem vai ser sacrificado? O cachorro. Então precisamos pensar.

Eu não sou contra ninguém ficar nu. Mas se a liberdade que foi dada à Galheta se transformou em promiscuidade, virou um bacanal a céu aberto, precisamos pisar no freio, tem que restringir. É necessário que em determinado momento todos coloquem a roupa, limpem a casa e depois organizem para que as coisas funcionem bem para todos. Quem decidir tirar a roupa, que faça isso com honestidade, com brio. Eu tirava a roupa e não tinha homem me assediando, não tinha homem ficando de pênis duro para mim, porque se ficasse iria apanhar, e de mim mesma.

Então, gente, vamos todos contribuir, vamos parar de brigar e lutar por uma Galheta que é um paraíso! Lutar pelas pessoas, pela unidade, pelos animais, pelos LGBTs, eu não tenho nada contra os LGBTs, não tenho nada contra nada. O que eu tenho contra é essa baixaria que está virando a Praia da Galheta. Eu não posso ir à Praia da Galheta sozinha e gostaria de poder ir. E, de repente, até gostaria de ficar nua de novo, já faz muito tempo que eu...

(Discurso interrompido por término do horário estabelecido. Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Alex Brasil) – Obrigado.

Passo a palavra à senhora Vereadora Carla Ayres, por até três minutos.
[*Transcrição: Mirley Costa / Leitura: Ilka Maria Fretta*]

A SRA. VEREADORA CARLA AYRES (Florianópolis/SC) – Obrigada, senhor Deputado, pela oportunidade. Saúdo todas as pessoas aqui presentes.

Eu realmente acho que nós precisamos romper, nesta audiência, Deputado e colegas, com a impressão ou com a narrativa de que existe uma guerra sobre o tema. Nós precisamos colocar o debate no seu devido lugar. E mesmo aqueles ou aquelas que acham que estão de um lado ou de outro, possuem discursos muito semelhantes, de que há uma defesa e um entendimento do que é o naturismo e até mesmo do que é o nudismo. Muitos dos senhores que moram na região podem dizer que nunca me viram por lá ou pouco me veem, porque eu não sou adepta da prática do naturismo ou do nudismo. Nem por isso acho que deva negar o direito àqueles que o praticam de forma consciente e de acordo com as regras da Federação.



Existe aí uma linha do tempo que a Maryanne e o Marquito já colocaram sobre as legislações e o entendimento de que foi desregulamentado, mas não há proibição da prática naquele local. Essa revogação da legislação é de 2016. O que me chama muito a atenção é o porquê de apenas a partir de 2022, seis anos após a revogação da lei, passou-se a prestar atenção nos problemas existentes naquele local, que a própria Agal denuncia há mais de 24 anos, inclusive denunciando práticas ilícitas e libidinosas, como a práticas de sexo a céu aberto, uso de drogas e tudo mais.

(Participante não identificado manifesta-se fora do microfone: “Posso responder.”)

O nudismo e o naturismo no mundo, inclusive, são fontes econômicas de organização do turismo. Santa Catarina, mais uma vez, pratica uma burrice ao tentar cercear essa prática. São dois mil locais no mundo todo, Deputado, setenta milhões de adeptos e turistas circulam no mundo praticando naturismo e nudismo. Na França, no ano de 2016, foram mais de 300 milhões de euros em faturamento; nos Estados Unidos, o colega americano que estava aqui mencionou, foram 4,3 bilhões de dólares por ano para aquela economia. E nós podemos avançar com regulamentação, que a própria Federação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Alex Brasil) – Mais trinta segundos para concluir.

A SRA. VEREADORA CARLA AYRES (Florianópolis/SC) – Nós apresentamos, junto com o Vereador Dinho e com a Agal, uma proposta que está em aberto para discussão na Câmara Municipal, dessa regulamentação baseada em outras experiências do Brasil e do mundo.

Quero deixar a minuta para o senhor e também as mais de duas mil assinaturas que nós colhemos, em cerca de quinze dias, em apoio a essa proposta (*palmas*), para que, de uma vez por todas, a prática do naturismo ou nudismo seja regulamentada, sem misturar as coisas, sem usar argumentos para defender uma coisa ou outra que beiram o moralismo ou a homofobia, pois não é isso que nós queremos.

(Discurso interrompido por término do horário estabelecido. Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Alex Brasil) – Obrigado.

Passo a palavra ao senhor Fernando Vasconcellos da Fonseca, morador da Galheta.

O SR. FERNANDO VASCONCELLOS DA FONSECA – Boa tarde. Vou usar uma colinha aqui para tentar ser bem sucinto. Meu nome é Fernando, sou morador da localidade e frequento a Praia da Galheta e da Mole há vinte anos, pois sou surfista. Frequentemente eu vou até lá e me deparo com todos esses crimes já listados por vocês aqui. Também tenho uma filha de 4 anos que não conhece a Galheta, e como não sei o que vou dizer a ela, então prefiro não levá-la. Assim como aquele colega que tem uma filha de 16 anos, também espero um dia poder levar minha filha para surfar comigo lá.

Estamos aqui pelo trabalho que foi feito por aquele grupo dos pontinhos amarelos (*refere-se à imagem veiculada na audiência*), do qual eu também me integro, então temos que partir desse ponto. Foi esse grupo que fez esse trabalho há três anos e que nos trouxe até aqui. Quem vem defendendo a praia há trinta anos não nos trouxe até aqui.

Contra fatos não há argumentos. Então vamos lá. É no mínimo satisfatório ver a Floram nos ajudar a fechar as tocas hoje, enquanto ontem ela nos mandava tirar as nossas placas. Houve uma mudança política muito forte na Floram, graças às forças públicas que se instauraram lá (*Palmas*.)

Olhem, Plano de Manejo da Floram, há um dente criado que tira o Bar do Deca fora, e eu vou trazer um contexto, talvez mais político e maior do que essa discussão de bipolaridade. O Bar do Deca, que tem alvarás sancionados para 24 horas no Carnaval, fica a 20 metros da água, e é o único bar dentro da areia – senhor Walmor, sou um pouco cético e gostaria de ver até onde vai esse trabalho.



Em relação a esses bares, vamos acompanhar isso tudo para ver até onde vai, porque a força política é muito forte e tem um contexto muito maior. Aquela questão que o colega coloca, sobre as finanças das instituições... Vamos atrás disso e ver quem está ganhando dinheiro com tudo isso, porque tem muita gente ganhando dinheiro nessa ordem.

O Bar do Deca, que deveria ser responsabilizado no mínimo pelo entorno, é o lugar mais poluído lá, recebe prestígio e sanções do Poder Público e de todos da Floram. Ele é anunciado como atração número um do parque da Floram. É um absurdo, está na mídia, é só olhar. Vamos ver quem é o responsável pelo Plano de Manejo. Vamos modular um pouco os discursos de hoje e ver o que vai acontecer, porque até mesmo as pessoas que defendem a Galheta há trinta anos estão no Plano de Manejo da Floram, que colocam fora [excluem] o Bar do Deca da Unidade de Conservação. E ninguém fala nada, porque as pessoas têm rabo preso.

Eu sou particular, eu sou privado, ninguém vai atrás de mim, eu não devo nada para ninguém. Se nós fizermos a trilha de acesso do Bar do Deca, ela é pavimentada com cimento e ferro armado, tem canalização do esgoto pluvial. A trilha tem iluminação noturna do Bar do Deca, no limite da Mole com a Galheta. É um absurdo e ninguém fala isso!

(Manifestação ininteligível fora do microfone.)

Quem gosta de quem não gosta aqui... Tem gente ganhando dinheiro com isso e não querem perder. Vamos ver até onde essa história vai.

Lanço um desafio para vocês: se tirar a roupa é tão importante, já existem dois lugares [onde isso é permitido] e querem um terceiro, então vamos discutir um lugar fora da Galheta, tirando-a do meio do perímetro urbano. Vamos levar essa discussão para outra praia. A Galheta está dentro do perímetro urbano, as famílias, a minha filha, querem frequentar a Galheta. Então vamos levar para um lugar mais retirado, vamos tirar da Ilha, vamos botar em um terceiro lugar. Por que a Galheta? Se não for assim, eu vou achar que tem gente com o rabo preso com o turismo sexual internacional.

Beleza, pessoal? *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Alex Brasil) – Obrigado.

Dando sequência, convido a fazer uso da palavra o Vereador de Florianópolis, Leonel Camasão.

O SR. VEREADOR LEONEL CAMASÃO (Florianópolis/SC) – Boa tarde a todas as pessoas. Cumprimento o Deputado por propor o debate.

A primeira coisa que gostaria de dizer a todos e a todas vocês é que alguns vieram ao microfone dizer que este debate não se trata de homofobia ou de LGBTfobia. Mas o relatório que a Agal traz aqui, não sei se a câmera da Casa consegue exibir *(mostra imagem impressa)*, mostra imagens com mensagens extremamente homofóbicas, que eu posso ler aqui para os senhores e para as senhoras: “Gays e viados, seus dias estão contados”, “Morte aos viados”. Bom, se isso aqui não é homofobia, pichado nas pedras da Galheta, então não sei mais o que é.

A segunda coisa que eu gostaria de dizer é que sexo ao ar livre é crime e todos nós concordamos com isso. Agora, Deputado, o sexo ao ar livre em Florianópolis não ocorre só na Praia da Galheta, ele ocorre no Parque da Luz, ele ocorre no manguesal do Itacorubi, ele ocorre em trilhas. O Deputado Marquito, quando era Vereador, fez proposições nesse sentido para coibir a prática. E o que nós assistimos foi que, nos últimos anos, as autoridades despertaram – desculpe, eu não sei a patente do senhor... Major Torres – as autoridades despertaram com interesses muito específicos na Galheta, porque é uma praia frequentada por pessoas LGBT.

Vimos a Vice-Prefeita fazer uma operação cinematográfica para as redes sociais e sabemos, talvez, com que objetivos futuros. Ela não fez quando era Comandante da Guarda em outra gestão, quando ela era responsável pela segurança da Galheta, alguns anos atrás. Maryanne não fez nada pela segurança da Galheta *(palmas)* e agora



faz operações midiáticas, com *drone* e filmagem, coisa de cinema, para ganhar *like* na rede social.

Eu quero registrar tudo isso para dizer que tem muita hipocrisia envolvida neste debate. Todos nós aqui, salvo engano, somos contra a prática do sexo ao ar livre na Galheta! Todos nós aqui somos contra o assédio sexual! Todos nós aqui somos contra a violência e o justicamento! [*Transcrição: Vera Regina Zacca / Leitura: Ilka Maria Fretta*]

Eu concordei muito com quase tudo o que falou o companheiro, o surfista. O que eu não concordei é que o senhor tenha o direito de agredir quem quer que seja, porque o senhor não é policial e não está acima da lei. Não é porque alguém errou que o senhor tem o direito de bater nessa pessoa. Nem o senhor, nem ninguém! O que eu quero...

(O senhor Roberto Gretz manifesta-se fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Alex Brasil) – Pela ordem, vamos garantir a palavra ao Vereador.

O SR. VEREADOR LEONEL CAMASÃO (Florianópolis/SC) – Mais trinta segundos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Alex Brasil) – Mais trinta segundos, por favor.

O SR. VEREADOR LEONEL CAMASÃO (Florianópolis/SC) – Obrigado, Deputado.

O que eu concordo com o senhor, e você está cobertíssimo de razão, é o seguinte: enquanto nós estamos aqui, naturistas, LGBTs, surfistas, moradores e ambientalistas, em uma falsa polarização, o que está absolutamente ausente da Galheta é o Estado. Ano passado homens *gays* foram violentamente agredidos lá na praia. Na audiência pública da Câmara Municipal a Polícia e a Guarda disseram que não tinham efetivo, agora tem efetivo para mandar o cidadão colocar a bermuda, porque está nu. Isso é hipocrisia!

O que nós precisamos, Major, é de dois ou quatro agentes das forças de segurança na praia. É isso o que nós precisamos! É isso o que vai garantir a paz na Galheta, a presença das forças de segurança, e não para mandar as pessoas vestirem a roupa, mas para perseguir e prender os assediadores e os criminosos.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Alex Brasil) – Obrigado, Vereador.

Passo a palavra ao senhor membro do conselho da Floram, Leonardo Ferronato.

O SR. LEONARDO FERRONATO – Boa tarde, pessoal, tudo bem?

Primeiramente, quero agradecer pela oportunidade e por terem chamado todo mundo para construir, mais uma vez, algumas soluções. Eu também gostaria de me abster da polarização.

Eu sou naturista, eu sou ambientalista e venho, desde o episódio de homofobia na praia, tentando construir pontes e entender quais são as demandas de cada uma dessas pessoas que estão aqui. Eu acredito que já tenha conversado com todos.

O que nós percebemos e que já ficou claro aqui — e já tinha ficado claro na outra audiência — é que os problemas são comuns, e temos mais em comum do que diferenças. Na questão do naturismo eu sou a favor, mas algumas pessoas são contra e vamos discutir em algum outro ponto, mas precisamos sair daqui com algumas soluções mais factíveis.

Nós já trabalhamos dentro do grupo de trabalho da Floram, que é de recuperação ambiental, algumas possibilidades que gostaríamos de discutir contigo depois, em um ambiente mais fechado. Mas, necessariamente, temos que passar por alguns aspectos. O primeiro deles é a segurança pública, pois nós precisamos da presença mais massiva do Estado lá, e propomos câmeras de fiscalização com reconhecimento facial, porque só tem duas entradas na Galheta, então isso é fácil de fazer e já vai coibir o acesso de pessoas mal-intencionadas.



A segunda parte que temos que focar é na recuperação ambiental. Nessa parte nós estamos fazendo um trabalho e já começamos com os naturistas, os surfistas, os pescadores e as pessoas do entorno para começar a fechar as trilhas e, assim, promover a recuperação ambiental desses espaços, acho que é uma das principais questões que precisamos discutir aqui.

O terceiro ponto passa, utilizando as palavras do seu Walmor, por um pacto civilizatório para a Galheta, porque eu acho que isso ficou sem nenhum pacto civilizatório há muito tempo. Os naturistas que são de carteirinha conhecem os valores, mas na praia não tem nada que reforce esses valores. Então, quando alguém presencia alguma coisa que não está de acordo com os valores naturistas ou com qualquer outra questão de segurança pública, como assédio e tudo mais, nós ficamos de mãos amarradas. Ou partimos para a violência ou vamos conversar e somos ameaçados, como já aconteceu comigo algumas vezes. Então precisamos definir um suporte de regras claras que estejam expostas em todos os lugares, para que a própria comunidade da praia, que são pescadores, surfistas, turistas [entendam] e para que fique claro para todos. Assim, quando alguém ver algo fora das regras, pode chamar a atenção e reforçar essas questões.

Hoje as pessoas entram na Galheta sem nenhuma preparação. Ninguém sabe o que pode e o que não pode fazer e vira uma bagunça. E por falta do Poder Público, essa bagunça já está...

(Manifestação ininteligível fora do microfone.)

Não, muito tempo.

Então o que eu proponho é atuarmos nessas três frentes: de recuperação ambiental, de segurança pública e de reconstrução de um pacto social, que, a meu ver, prevê o naturismo com regras muito claras. Dessa forma nós podemos construir junto com as pessoas, até mesmo as que são contra o naturismo, para entender quais são os pontos do naturismo que elas não concordam a fim de que todos sejam atendidos e possamos ter um pouco mais de paz na Galheta. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Alex Brasil) – Obrigado.

Passo a palavra ao senhor Zacharyu Fox.

O SR. ZACHARYU FOX – Boa tarde.

Eu agradeço por ser ouvido, porque é uma coisa que não acontece sempre com várias das pessoas do grupo aqui.

Eu sou morador de Floripa, frequentador da Galheta e diretor de uma empresa de tecnologia daqui de Floripa há sete anos.

Queria falar uma coisa muito rápida. Várias pessoas falaram que no Primeiro Mundo isso não acontece. Eu sou desse Primeiro Mundo e decidi morar aqui, amo morar aqui, amo este País, amo esta cidade. Mas no Primeiro Mundo isso acontece, porém não em todos os lugares. Em alguns sim, em outros não. Igual ao que nós temos aqui. Então a realidade é essa. Não é diferente aqui do que em outro lugar.

A Miriam, da Agal, levantou problemas: quantos B.Os. de mulheres assediadas na praia; quantos problemas existiam antes do que agora. A própria Maryanne, desde criança, sabia que a praia era perigosa. E ela responsável pela segurança, não fez nada. Por que ninguém fez nada até agora? Por que o Poder Público finalmente está indo para a praia só agora? Para fazer o quê?

A outra pergunta é o que está sendo feito? Porque nós sabemos, ninguém está prendendo os assediadores. Nós temos fotos deles, sabemos quem são essas pessoas e ninguém está prendendo elas. A Floram não está reforçando as trilhas. Estamos conversando sobre isso há quinze meses e não está acontecendo, ninguém está policiando as trilhas. Tem policial coagindo banhista a colocar roupa, mas ninguém está indo nas trilhas para fiscalizar as pessoas. Se esse é o problema, então vamos lá! Isso para mim é vergonha! Eu quero ajudar! Pois eu sou frequentador, sou *gay* e sou naturista.



Outro ponto: o Camasão falou sobre um evento de violência contra homens na Praia da Galheta no ano passado, onde várias pessoas foram agredidas com pedaços de madeira. Eu achei muito interessante, porque eu falei sobre isso com várias pessoas, com policiais, inclusive com pessoas que estão aqui, e ninguém sabia que isso tinha acontecido. E quando eu vejo que ninguém respondeu à Agal aos problemas e aos pedidos de ajuda, nem sabem dessa violência que de fato aconteceu, aí eu me pergunto: o Estado e a Prefeitura querem que a praia seja segura para todos ou [somente] para alguns? Porque eu não me sinto envolvido nesse desejo de segurança, eu me sinto excluído, como se a culpa fosse minha, como se eu não merecesse estar lá. Eu mereço estar lá! Você merece estar lá! Todos nós merecemos estar lá. Quando me sinto excluído, quando a violência contra a minha comunidade não é validada, não é aceita e ninguém faz nada, como que eu, como a comunidade que está lá, que interage (*falha na gravação*), vai reagir? Porque nós não nos sentimos incluídos, assim como vocês e outras pessoas aqui não se sentem incluídos na Galheta agora! E não quero isso. Eu quero que você esteja lá comigo, pelado.

Nós queremos estar juntos, ajudando, mas também precisamos ser envolvidos na resolução desse problema e não sermos culpados por isso.

É isso o que eu peço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Alex Brasil) – Vamos encaminhar para o encerramento.

Gostaria que cada um da mesa aqui pudesse fazer um breve pronunciamento de encerramento, até para que eu faça a minha última fala.

O SR. PROCURADOR WALMOR ALVES MOREIRA – Eu ouvi atentamente tudo o que foi dito aqui e parece que algo está bem claro, e já estava claro diante daquilo que eu acompanho há 25 anos acontecer na Galheta, por força do meu trabalho, que é o seguinte: ali é o ambiente errado para a prática que se pretende manter na Ilha, por quê? Por uma razão muito simples, os criminosos se aproveitam do ambiente de vegetação e de conservação para delinquir. Aproveitam-se da boa-fé dos naturistas para se esconder debaixo de uma falsa armadura de naturista. [*Transcrição: Djonathan Costa / Leitura: Janis Joplin Zerwes Lea*]

Então eu proponho ao Deputado que estude, pois por se tratar de uma Unidade de Conservação, por ser um ambiente com uma beleza cênica inigualável na Ilha, por imposição constitucional, nós temos a obrigação de preservar a flora, a fauna, como muitos falaram aqui, e isso não é possível sem recursos. Então que seja realizado um estudo para que a prática de turismo vá para outra praia ou ilha – nós temos mais de quarenta ilhas aqui na nossa região.

(*Manifestações simultâneas ininteligíveis.*)

Sim, por que não Jurerê? Lá em Jurerê eu creio que não vão ter problemas como esse de se esconder nas matas virgens da Praia da Galheta.

O que eu quero concluir, Deputado, é o seguinte: a Ação Civil Pública que foi julgada no dia 12 de março, relacionada à Praia Mole, impõe a indenização aos réus para recuperação da área degradada. Então eu assumo o compromisso de pedir ao Juiz que esses recursos sejam parcialmente destinados ao Plano de Manejo da Galheta e para a dotação de segurança para aquela praia, com postos de segurança, com cancelas, com a recuperação das trilhas, de maneira que o Ministério Público poderá dar uma pequena contribuição, porque, afinal de contas, esse é um problema muito mais amplo do que aquilo que nós, com as nossas limitações, poderemos resolver.

Fica esse compromisso, vou peticionar ao Juiz para que os recursos da indenização e da recuperação da área atinjam a Praia da Galheta também. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Alex Brasil) – Obrigado.

Senhora Miriam, gostaria de fazer um breve pronunciamento?

A SRA. MIRIAM CARVALHO ALLES – Quero lembrar que na outra audiência pública que nós tivemos, na Câmara de Vereadores, o Procurador Jadel falou da



tradição, que a tradição conta. Então nós não vamos nos mudar, entendeu? Olha só, ali nós vamos...

(Manifestação ininteligível fora do microfone.)

Eu estou falando, eu estou falando! Nós não vamos mudar de lugar. Nós já estamos ali há muitos anos e, por tradição, nós temos esse direito. O mundo inteiro conhece a Galheta como uma praia naturista. Então vamos ajudar a manter o naturismo ali e a proteger, também, as duas outras praias do Estado que eu mencionei, uma fica na Palhoça e outra em Camboriú, e vamos criar segurança e aprofundar o naturismo como preservacionista.

É esta a minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Alex Brasil) – Obrigado.

Passo a palavra para o senhor Delegado da Polícia Civil, Pedro Henrique de Paula e Silva Mendes.

O SR. DELEGADO PEDRO HENRIQUE DE PAULA E SILVA MENDES – No que tange à Polícia Civil, eu reitero a minha fala para dar encaminhamento a essas ações por parte da Delegacia de Combate às Drogas em eventuais tipos penais; dar o encaminhamento no inquérito policial que está em andamento, que eu já falei das agressões que as pessoas sofreram lá; e, também, analisar a possibilidade de instauração de inquérito policial para apurar eventuais crimes ambientais praticados pelo bar, que parece que tem causado um problema por lá, não é? Ver se isso é atribuição da Polícia Civil e, se for, podemos instaurar um inquérito policial para ver essa prática de crime ambiental praticado por lá.

No mais, muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Alex Brasil) – Muito obrigado.

Passo a palavra para o senhor Tenente-Coronel Anderson Medeiros Sarte, representando o 1º Batalhão de Bombeiros Militares.

O SR. TENENTE-CORONEL ANDERSON MEDEIROS SARTE – Deputado, por parte do Corpo de Bombeiros nós nos comprometemos em manter ativo o nosso posto guarda-vidas que lá tem. Só uma observação: ele fica ativado apenas durante a alta temporada e, no período de baixa temporada, permanece ativado durante o ano todo apenas o posto da Praia Mole.

Temos um projeto de lei que está tramitando na Câmara Municipal de Florianópolis a respeito da adoção, chamando a iniciativa privada para nos apoiar na adoção dos nossos postos guarda-vidas e, tendo esse apoio, nós pretendemos ter recursos para a instalação de câmeras, de *starlinks* para poder dar acesso à Internet e, assim, facilitar a comunicação dos nossos guarda-vidas com as nossas centrais de monitoramento e demais órgãos de segurança pública, facilitando até mesmo para que os usuários daquele espaço possam ter acesso gratuito a esse Wi-Fi, para que também possam pedir socorro no caso de necessidade ou relatar algum tipo de ocorrência que necessite do aparato do governo público.

Com relação à instalação de câmeras para videomonitoramento, ainda terá que ser definido se ele será disponibilizado apenas para a segurança pública ou se daqui a pouco será dado outro encaminhamento devido às práticas que lá se executam. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Alex Brasil) – Muito obrigado.

Passo a palavra para o senhor Major Anderson Galdino Torres.

O SR. MAJOR ANDERSON GALDINO TORRES – Deputado Alex, obrigado pela palavra. E reitero aqui, como os nobres colegas também o fizeram, que a Polícia Militar está à disposição.

Ouvindo as partes falarem em polaridades, eu não entendo polaridade no assunto, pois creio que todos buscam a ideia do bem comum ou do uso comum da praia. Ser naturista ou não, isso é uma discussão que creio ser necessária ir em nível do Legislativo municipal.



Hoje existe, em tese, uma proibição legal para a prática de naturismo no local e a Polícia Militar, assim como o Estado, com as forças do Município, vai ter que seguir obrigatoriamente a lei. Isso é um estado de direito.

Gostei da ideia do amigo que falou sobre a instalação de câmeras de segurança. Isso fará um contraponto a minha fala sobre o uso de *drone* e eu creio que, agora, estamos aqui na presença do Tenente De Sá, que é o Capitão da 3ª Companhia (*pede para ele se levantar.*) Ele é o responsável direto, senhores, pela área da Praia da Galheta; é com ele que nós fizemos as operações policiais na área, e não me furto em saudá-lo e parabenizá-lo pelo trabalho.

Entretanto, De Sá, quero dizer que para a Polícia Militar, talvez, com esse discurso que a gente ouviu hoje, ou com todos esses discursos que a gente ouviu hoje, o uso de *drone* pudesse constranger as pessoas ou tirar a liberdade individual daqueles que estão fazendo naturismo no local, mas parece que não. Então, creio que saia como aprovado daqui, Deputado, o uso de *drone* para a segurança pública e vai ser, então, senhores, objeto de uso o *drone* para fazer, também, a questão de segurança pública no local.

Gostei da fala de um amigo sobre colocar duas câmeras de segurança nas entradas da praia, já que ela só tem duas entradas. A ideia é excelente e creio que a Polícia Militar, assim como a Secretaria da Segurança Pública serão parceiras nessa ideia.

Até levando em conta a fala do Tenente-Coronel Sarte, se for videomonitoramento por parte do Sistema da Segurança Pública do Estado, ela fica restrita à segurança pública, então não vai ser aberto a todos. Mas se o for, ela embarca no nosso sistema que, hoje, já está pronto, então não é tão difícil ou tão complexo, basta ter parcerias e ter aprovação do governo do Estado para que assim seja feito.

Também concordo muito com o monitoramento. O monitoramento tecnológico, com o uso de câmeras e o reconhecimento facial - que é uma tecnologia já embarcada nas câmeras - é uma tendência e a Polícia Militar concorda com esse sistema de monitoramento, porque é um braço a mais do Estado na Praia da Galheta.

Hoje é inviável pegar uma viatura de quatro rodas e entrar na Praia da Galheta. É impossível, e os senhores sabem disso, fazer o policial ir a pé da Praia Mole até a Praia da Galheta. Quando chegar lá, todo mundo que estava fazendo alguma coisa de errado sumiu. Então o *drone*, a questão de câmeras instaladas [e operando] 24 horas, eu creio que ajude muito na questão da segurança pública.

Coloco a Polícia Militar à disposição, senhores, se tiverem algum problema; alguma denúncia; alguma demanda; utilizem o 190 e também temos o aplicativo PMSC Cidadão, basta gerar a ocorrência ali que a Polícia Militar será acionada e terá que dar um retorno aos senhores.

Deputado, nós nos colocamos à disposição.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Alex Brasil) – Estou muito feliz porque conseguimos ter um debate de alto nível e muito respeitoso. Acho que ficou muito claro que todos aqui querem salvar a Galheta daquela minoria de pessoas desordeiras, que não respeitam as leis e as ordens, que desrespeitam as famílias e até mesmo quem quer praticar o naturismo, porque se sente ameaçado com o que está acontecendo lá.

Foram diversas diretrizes que vamos trazer para dentro do nosso gabinete, nós já estamos trabalhando em um projeto de lei que possa, inclusive, contemplar uma solicitação do representante da Agal, mas convido todos os representantes de associações para virem ao nosso gabinete para que possamos debater suas ideias.

Também fiquei muito feliz e contemplado com várias sugestões do representante da Floram, com quem também me comprometo a receber no gabinete para que possamos debater a respeito disso.



Precisamos, em conjunto, fazer com que a verdadeira Galheta retorne ao convívio social, ao convívio dos familiares e deixe de ser um paraíso para coisa erradas e ilícitas, que é o que se tornou a Galheta, onde as pessoas começam a usar até mesmo aplicativos e tecnologias avançadas para marcar encontros e, muitas vezes, fazerem coisas que não comungamos.

Agradeço a presença de todos, das autoridades que contribuíram muito para que esta audiência pudesse sair daqui com posicionamentos positivos para a sociedade. Tenho a certeza de que este é só mais um passo para que todos nós consigamos, muito em breve, voltar a frequentar a nossa linda e maravilhosa Galheta.

Muito obrigado e nada mais havendo a tratar, damos por encerrada a audiência pública. (Palmas.) (Ata sem revisão dos oradores.) [Transcrição: Reinaldo T. Ouriques / Leitura: Ilka Maria Fretta / Leitura Final: Dulce M. da Costa Faria]

**DEPUTADO ESTADUAL ALEX BRASIL
PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA PÚBLICA**